

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
Campus São Borja
Curso de Serviço Social

Gabriel Barbosa Almada

Política de Segurança Pública diante das manifestações de 2013: contenção de
processos de resistência

São Borja
2016

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
Campus São Borja
Curso de Serviço Social

Gabriel Barbosa Almada

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Jaina Raqueli
Pedersen

São Borja
2016

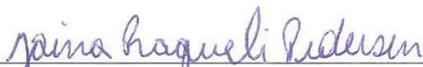
GABRIEL BARBOSA ALMADA

Política de Segurança Pública diante das manifestações de 2013: contenção de processos de resistência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 13 de dezembro de 2016.

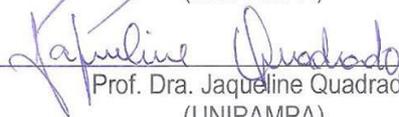
Banca examinadora:



Prof.ª. Dra. Jaina Raqueli Pedersen
Orientadora
(UNIPAMPA)



Prof. Dra. Loiva de Oliveira Machado
(UNIPAMPA)



Prof. Dra. Jaqueline Quadrado
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho a todos os meus familiares e amigos que tiveram um papel de suma importância para a concretização do mesmo, considerando todo o apoio que recebi e os vários momentos de discussões acerca deste tema.

Agradecimentos

Ao fim deste Trabalho de Conclusão de Curso, posterior a um longo período inserido em uma universidade pública que luta pela qualidade do ensino, eu entendo que é necessário tecer alguns agradecimentos, visto que a construção deste estudo está longe de ser uma atividade individual.

São muitos atores que junto a mim tiveram uma parcela de força para a materialização deste trabalho, sendo assim é muito importante para mim o agradecer aos meus familiares que tiveram do meu lado nos momentos de sofrimento, onde minha mente era tomada com apenas um questionamento: “será que sou capaz?”. Aos meus amigos, tanto os que conquistei dentro da universidade, quanto os que a vida me trouxe, que compreenderam minha ausência e estiveram do meu lado no que eu precisasse, sendo com palavras de motivação ou auxílio teórico para construção do que aqui está materializado. Aos meus professores, que junto ao curso de Serviço Social me proporcionaram o acesso a um caminho novo na forma de compreender a realidade.

Em especial gostaria de explicitar algumas pessoas que tiveram maior influência no processo de construção deste trabalho. Primeiramente eu gostaria de agradecer a minha mãe, Maria Barbosa Almada, por ter me proporcionado as condições materiais e grande parte das condições subjetivas para minha formação. Ao meu irmão, Lucas Barbosa Almada, por todo apoio, paciência e companheirismo. Ao meu outro irmão, Gabriel Solto Faria, que embora não sejamos filhos dos mesmos pais, a nossa amizade junto ao meu irmão “de sangue” constitui uma real relação de irmãos, que juntos, tivemos várias madrugadas de discussões que contribuíram para este trabalho. Ao meu pai, Thadeu Pazzini Almada por todo o apoio.

Ao meu colega e amigo Flávio Poerschke Sarmanho, no qual já o conhecia anteriormente a graduação, mas obtive uma aproximação durante o processo de formação e será uma amizade que levarei por toda vida. Ressalta-se também a sua importância para a construção deste trabalho através de discussões e sua disponibilidade para me auxiliar nesse processo final da graduação.

A minha namorada Sabrina da Silva Pires por todo apoio e muitas vezes cobrança para que este trabalho pudesse ser finalizado. Ressalto que ela teve

grande influência para superação dos momentos de crise e sofrimento que acredito que seja comum neste processo.

E por fim, a minha orientadora Prof. Dra. JainaRaqueli Pedersen por toda paciência e dedicação para a conclusão deste trabalho.

Ainda há tempo: Criolo

*“As pessoas não são más, mano, elas só
estão perdidas. Ainda há tempo.”*

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema a Política de Segurança Pública diante das expressões de resistência. A delimitação deste tema versa sobre as ações norteadas pela referida política diante das expressões de resistência produzidas na sociedade brasileira durante as manifestações de 2013. Seu objetivo consiste em analisar a intervenção da Política de Segurança Pública nas expressões de resistência que vem se manifestando na sociedade brasileira, a fim de problematizar as respostas do Estado frente a estes processos. O presente estudo busca respostas para o problema, “Como se deu a intervenção norteadada pela Política de Segurança Pública diante das expressões de resistência que ocorreram na sociedade brasileira durante as manifestações ocorridas no ano de 2013?” Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se baliza em uma perspectiva dialético crítico para análise da realidade. No que se refere às técnicas e instrumentos de coletas de dados utilizou-se da pesquisa documental. Tal pesquisa foi realizada a partir da análise de três (03) vídeos veiculados na internet no ano de 2013 através de canais do site Youtube que abordam as ações norteadadas pela Política de Segurança Pública nas manifestações populares ocorridas no referido ano. Quanto a coleta de dados, esta se deu através da utilização de um roteiro norteador. O Estudo está organizado em quatro (04) capítulos, sendo que os mesmos abordam questões sobre as categorias Estado, sociedade civil, movimentos sociais, resistência, políticas sociais públicas. Quanto aos resultados, destaca-se aqui o caráter focalista e repressivo do Estado perante a sociedade civil e o seu viés de manutenção da ordem vigente. Ressalta-se ainda, algumas explicitações sobre as deficiências quanto a consciência da classe da sociedade civil, refletindo assim na organização dos movimentos sociais bem como na unidade de seus objetivos.

Palavras-Chave: Estado, Sociedade Civil, Políticas Sociais Públicas, Movimentos Sociais, Resistência.

Abstract

The present course conclusion work has as theme the Public Policy of Public Safety on the expressions of resistance. The delimitations of this theme speaks on the actions guided by the referred policy on the expressions of resistance produced on the brazilian society during the 2013 manifestations. Its objective consists on analyze the intervention of Public Safety Policy in the expressions of resistance that has been manifesting on brazilian society in order to problematize the answers from the Estate in front of this processes. This work look for answers to the problem: How did function the intervention guided by the Public Safety Policy on the expressions of resistance that occurred on brazilian society during the 2013 manifestations? It is a qualitative research based on a critic dialectical perspective for the analysis of reality. With regard to the technics and instruments for the data collection was used documentary research. The research has analyzed 3 videos aired on the Internet in the year of 2013 trough Youtube channels that approach the actions guided by the Public Safety Policy on the popular manifestations of the referred year. For the data collection a guiding script was used. The study is divided in 4 chapters which address State, civil society, social movements, resistance and Public Social Policy. For the results, stand out the focalist and repressive character of the State towards the society and its bias of order maintenance. It is still worth noting some explicitness about the absence of consciousness from the civil society, reflecting than on the organization of the social movements as on the homogeneity of their objectives.

Key-words: State, Civil Society, Public Social Policy, Social Movements, Resistance.

Sumário

1- Introdução	11
2- MOVIMENTOS SOCIAIS: HISTÓRICO E SEU CARÁTER DE RESISTÊNCIA	14
2.1 Contextualização sobre os movimentos populares no Brasil	14
2.1.1 “Vem pra rua!”: Considerações sobre os movimentos populares ocorridos no ano de 2013 no Brasil	18
2.2 Movimentos populares como forma de resistência.....	22
3- ESTADO X SOCIEDADE CIVIL: COMO SE MATERIALIZAM SUAS RELAÇÕES FRENTE ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	25
3.1 Políticas públicas: intervenção e manutenção	25
3.2 Considerações sobre Segurança Pública e sua Política.....	34
4- AS AÇÕES DO ESTADO NORTEADAS PELA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DIANTE DAS EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA PRODUZIDAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA DURANTE AS MANIFESTAÇÕES DE 2013	37
4.1 Procedimentos metodológicos.....	37
4.2 Processos sociais e particularidades das motivações das manifestações populares no ano de 2013	43
4.3 Ações norteadas pela Política de Segurança Pública diante destas expressões de resistência:.....	49
4.4 Sobre a natureza das ações da política pública de segurança pública, considerando estas expressões de resistência	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
Referências Bibliográficas:.....	64
Apêndice A.....	70

1- Introdução

O presente estudo se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social II. Tem por tema a Política de Segurança Pública diante das expressões de resistência considerando que no ano de 2013 o Brasil foi marcado por fortes movimentos populares. Em um primeiro momento, as manifestações eram protagonizadas por movimentos sociais que reivindicavam a redução das tarifas do transporte público e concentrava-se nas grandes capitais. Pouco tempo depois houve uma grande “explosão” de manifestações no país todo, onde seus objetivos se apresentavam de forma heterogênea. Aumentou a participação da sociedade civil “desorganizada”, que mesmo sem objetivos comuns e concisos, denunciavam e reclamavam o precário acesso às políticas públicas, como a educação e saúde.

Assim como as particularidades de organização destas manifestações, onde o uso da internet foi uma ferramenta central para isto, as ações policiais, uma das ferramentas da política pública de segurança pública se fizeram marcantes nesse contexto. Houve fortes medidas repressivas frente aos movimentos da sociedade civil. Neste sentido, identificou-se a necessidade de problematizar a ação do Estado norteada pela Política de Segurança Pública diante das expressões de resistência.

Sendo assim, o presente trabalho busca de modo amplo, analisar a intervenção da Política de Segurança Pública nas expressões de resistência que vem se manifestando na sociedade brasileira, a fim de problematizar as respostas do Estado frente a estes processos. Para tal intento, busca-se identificar quais foram os processos sociais que motivaram as manifestações populares no ano de 2013. Também visa identificar quais as ações voltadas às expressões de resistência na atual Política de Segurança Pública brasileira bem como problematizar a natureza das ações voltadas às expressões de resistência na atual Política de Segurança Pública brasileira.

Para atingir os objetivos expostos acima, se estabeleceu o seguinte problema de pesquisa: Como se deu a intervenção norteada pela Política de Segurança Pública diante das expressões de resistência que ocorreram na sociedade brasileira durante as manifestações ocorridas no ano de 2013?

Com base no exposto, o presente trabalho visa também contribuir nas problematizações sobre o caráter contraditório relacionado às políticas públicas, com

enfoque na Política de Segurança Pública. Tal característica pode ser ilustrada através da relação entre o não acesso às políticas públicas e os processos de resistência. Por exemplo, quando cidadãos não acessam as políticas públicas (aquelas que respondem às suas necessidades imediatas), tal processo social, pode gerar movimentos de resistência por parte da sociedade civil, como as manifestações que tiveram início no ano de 2013. Ao mesmo tempo em que este não acesso gera processos de rebeldia, a Política de Segurança Pública intervém como objetivo de conter/reprimir os movimentos de resistência. Neste sentido, ressalta-se que este estudo também busca contribuir na construção de materiais que subsidiem as problematizações acerca da criminalização dos movimentos sociais e das formas de repressão do Estado perante a sociedade civil.

No que se refere a resistência, como evidencia lamamoto (2012, p. 28) a questão social é expressão de desigualdade e também de “rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõe”. Ainda segundo lamamoto (2012), é no meio do conflito entre a produção da desigualdade e na produção de rebeldia e resistência que o profissional assistente está inserido, mediante os interesses distintos de uma sociedade dividida em classes. Ressalta-se que, o conflito de interesses está engendrado na dinâmica da sociedade, impossibilitando o profissional de abstrair-se de tais processos. Ressalta-se então a relevância no âmbito profissional da pesquisa aqui proposta, onde discute os processos de rebeldia relacionados ao conflito de interesses distintos de uma sociedade dividida em classes, no qual o não acesso aos mínimos sociais acarretam em processos de rebeldia da sociedade civil.

Considera-se que a questão social não é apenas o conflito entre o capital e o trabalho que gera processos de resistência e rebeldia, também é sinônimo do embate político determinado por essas contradições (SCHONS, 2002). Compreende-se então que esta pesquisa torna-se relevante nas esferas sociais e acadêmicas, visto que vislumbra problematizar sobre os processos de resistência relacionados aos embates políticos atrelados ao Modo de Produção Capitalista, sendo este, hegemonicamente compreendido pelo curso de Serviço Social como determinante nas relações sociais.

O presente estudo está organizado em quatro (04) capítulos, considerando que o primeiro capítulo é a introdução. Seguindo o trabalho, o segundo capítulo primeiramente apresentará a contextualização dos movimentos sociais no Brasil

devido ao significativo histórico de movimentos sociais e de movimentos de luta que contribuem na tensão ao Estado na busca da efetivação dos direitos sociais no país. Em seguida abordará sobre o caráter de resistência dos movimentos sociais.

O terceiro capítulo abordará a implementação das políticas públicas pelo Estado de acordo com os modelos de gestão do mesmo, bem como particularidades das políticas públicas no Brasil e qual o seu caráter frente as demandas da sociedade civil. Ainda no mesmo capítulo, será abordada a Política de Segurança Pública a qual este trabalho se direciona.

No quarto e último capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa respondendo as questões norteadoras deste trabalho que são: Quais os processos sociais que motivaram as manifestações populares no ano de 2013? Quais foram as ações da Política de Segurança Pública diante destas expressões de resistência? Qual foi a natureza das ações da Política de Segurança Pública, considerando estas expressões de resistência? Porém, antes da contextualização dos resultados, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Explicitar-se-á a forma como foi materializado o processo investigativo, apresentando o método de análise e interpretação da realidade, o tipo de pesquisa, o universo e amostra da pesquisa, técnicas e instrumentos de coleta de dados e a técnica de análise e interpretação dos dados.

Por fim serão apresentadas as considerações finais deste estudo. Neste item serão retomados aspectos do trabalhado acerca do tema proposto juntamente com os resultados da pesquisa buscando tecer uma análise através de um processo sintético e propositivo sobre o que foi abordado neste estudo.

2- MOVIMENTOS SOCIAIS: HISTÓRICO E SEU CARÁTER DE RESISTÊNCIA

Considerando que este trabalho de conclusão de curso busca compreender as respostas do Estado perante os processos de resistência que ocorreram nas manifestações do ano de 2013, primeiramente apresentará a contextualização dos movimentos sociais no Brasil. Em seguida será apresentado como esses movimentos sociais podem assumir um caráter de resistência.

Tendo em vista que o Brasil possui um significativo histórico de movimentos sociais que cumprem um papel central na tensão ao Estado visando a efetivação de direitos, é importante retomar alguns aspectos importantes desse histórico de lutas no país. Sendo assim, para poder compreender e analisar as manifestações de 2013, faz-se necessário entender a constituição histórica dos movimentos sociais no Brasil. Vale ressaltar que será delimitando esta análise para o século XX, mais precisamente os movimentos ocorridos na década de 1930, 1960/70 e 1990, e por fim uma contextualização dos movimentos populares do ano de 2013. Além disto, cabe salientar a característica dos movimentos sociais, ou até mesmo apenas organização da sociedade civil, como uma expressão da questão social e seu caráter de resistência.

2.1 Contextualização sobre os movimentos populares no Brasil

Para compreender os movimentos populares no Brasil é imprescindível abordar algumas categorias centrais, sendo elas a sociedade civil e a sua relação com o Estado. Segundo Gohn (2008), balizando-se em Marx e Engels para definir o conceito de sociedade civil, entende-se que esta é direcionada pela economia capitalista da sociedade burguesa. No entanto, percebe-se que a base econômica e material conduz todas as formas de relações na sociedade, bem como suas instituições existentes, a religião, filosofia e também questões culturais (GOHN 2008). A sociedade civil compreende:

[...] todo intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial

e industrial de uma etapa e nessa medida transcende o Estado e a nação, embora, por outro lado tenha de se fazer valer em relação ao exterior como nacionalidade e de se articular como Estado em relação ao interior (MARX & ENGELS, 1974 : 94 apud GOHN, 2008, p. 65).

Porém, não se deve desconsiderar a relação da sociedade civil com o Estado, onde sociedade civil não é apenas uma propriedade do Estado e sim também um sujeito do mesmo (NETO, 2010). Destaca-se que é na sociedade civil onde estarão explícitos os conflitos dos interesses antagônicos atrelados as lutas entre as classes, ou seja, é na sociedade civil o “campo de batalha” das classes antagônicas.

Existem formas de intervenção do Estado perante a sociedade civil. Estas formas são realizadas através de políticas públicas, onde o Estado intervêm na ordem da sociedade através de “ações jurídicas, sociais e administrativas, sendo que as ações da administração pública se reportam também às atividades de auxílio imediato do governo” (RODRIGUES, 2011, p.18). Vale ressaltar que as políticas públicas possuem um caráter de necessidade nessa relação, visto que, ao atenderem os interesses da sociedade civil, elas também podem atender os interesses do Estado servindo como reguladoras, como no caso da Política de Segurança Pública que será abordada nos próximos capítulos.

No Brasil o termo sociedade civil passa a ser objeto de estudo a partir do período de democratização – final dos anos de 1970 (GOHN, 2008). O termo tem destaque nesse período sendo atrelada a organização relacionada ao movimento contra o regime militar vigente no país nesse momento, onde as políticas públicas seguiam uma lógica do grande capital atendendo demandas da população caracterizadas por serem camadas médias e altas, ressaltando ainda, que os seus investimentos eram empresas emergentes de filiais das empresas multinacionais (GOHN, 2008). A “sociedade civil organizada” teve forte influência no que entende-se como um dos meios de tensionar o status quo aos seus interesses (GOHN, 2008).

No entanto, o período histórico teve início nos anos de 1930 onde o país passa a ser governado por Getúlio Vargas. Neste período a realidade brasileira está em um contexto de reforma, denominada de “Revolução de 30”. Esta reforma se sustentava através de condições materiais em que o país estava enfrentando em uma conjuntura de crise do capital após o “Crash da Bolsa de Nova Iorque”, e no movimento do tenentismo, que havia ocorrido no ano de 1922 organizados por jovens tenentes que se rebelaram contra o sistema oligárquico da época, apresentava propostas que versavam sobre avanços em direitos trabalhistas, como

instituição do salário mínimo, limitação da jornada de trabalho, proteção da mulher e do menor, entre outros (COUTO, 2006, p.94).

Nesse contexto, houveram algumas manobras exercidas por Getúlio Vargas. Em um primeiro momento ele rompeu com a oligarquia que governava o país desde a Primeira República com o objetivo de retomar o pacto com a oligarquia cafeeira tendo em vista a manutenção da governabilidade, concedendo os seus privilégios anteriores (CARONE, 1991; FIORI, 1995B; FAUSTO, 2001 apud COUTO, 2006). Diante disso, tiveram novos atores no cenário político do país, dentre eles, parcelas da classe média, hegemonicamente moradores das áreas urbanas no qual defendiam que versavam sobre os interesses na melhoria de vida da população (COUTO, 2006).

Com objetivos de conciliação e harmonização entre a luta de classes, outro ato marcante da primeira fase da Era Vargas foi a criação do ministério do Trabalho. Com o mesmo objetivo, houve a criação de um “sistema corporativo, por meio da legislação de sindicalização” (COUTO, 2006, p. 95). A finalidade da criação dos sindicatos era de auxiliar o poder público através da participação nos conselhos julgando aplicações de leis que regulavam os conflitos de trabalhador e empregador (COUTO, 2006).

Nesse processo de sindicalização, pertinente nesse período onde no país iniciava o processo de mudança do sistema unicamente agroexportador para também o sistema industrial, compreende-se um indício da participação da sociedade civil nos processos políticos existentes neste período. Porém, não se deve desconsiderar a real intenção da iniciação dos sindicatos, na qual serviam como “estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social” (COUTO, 2006, p. 95).

Diferente dos processos de organização sindicais iniciados nos anos de 1930 no ano de 1970 no país existiu forte influência no surgimento de práticas coletivas da sociedade civil em prol de seus interesses. As suas demandas versavam em prol de “bens, serviços e direitos sociopolíticos, negados pelo sistema político vigente” (GOHN, 2008, p. 71). Uma característica marcante da sociedade civil nesse contexto de organização era de autonomia, onde não havia vínculos com o Estado e também funcionava de forma contrária ao mesmo, havendo a cautela para a não reprodução dos moldes autoritaristas característicos de um governo militar deste determinado período (GOHN, 2008).

O Serviço social na década de 1970 também passava por uma nova perspectiva da práxis profissional. Inicia-se as discussões sobre a pedagogia emancipatória, havendo o processo de negação sobre as bases conservadoras da profissão a caracterizando pelo vínculo à perspectiva histórica das classes subalternas e à sua luta por uma nova organização social que supere a então vigente, concomitante aos processos de organização da sociedade civil da época(BALDI; DURIGUETTO, 2012).

Segundo Gohn apudSarder (1988)nesse mesmo período surgem novos atores na sociedade civil com interesses mais específicos, sendo eles: movimentos sociais reivindicatórios de bens e serviços públicos e por terra e moradia e os movimentos sociais, reconhecidos como “novos” que tinham discursos relacionados a raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, etc. Através desse processo de abertura dos interesses dos movimentos sociais proporcionou uma nova característica organizacional. Os movimentos não estavam atrelados apenas a partidos políticos e sindicatos, mas proporcionou a criação de associações, instituições, ONGs (GOHN, 2008).

Após o término do período do regime militar no Brasil há uma resignificação do que anteriormente era compreendido como sociedade civil, até então hegemonicamente marcada pela luta pela democratização do país. Inicia-se um processo de fragmentação no que se refere aos principais atores marcados nesse período, que estavam entre movimentos sindicais e movimentos populares de bairro (GOHN, 2008). Nesse contexto de pluralidade dos atores sociais deste período há também a diferenciação nas formas de vinculação com os movimentos. A autonomia, ou seja, a desvinculação com o Estado não apresentava-se mais como pondo nodal dos mesmos, visto que com o início do regime democrático tornou possível a existência de forças políticas organizadas atreladas a parcelas institucionalizadas no Estado e seus aparelhos (GOHN, 2008).

Na década de 1990, considerando os novos moldes da sociedade civil bem como seus atores surgiu outro conceito, o de cidadania, que possuía a mesma relevância que o conceito de autonomia na década anterior (GOHN, 2008). Alguns aspectos de cidadania já estavam presentes nos anos 1980 como nos movimentos de luta em prol da democratização do Estado, eleições executadas de forma direta bem como a construção da nova constituinte. Porém surgem novas demandas atreladas ao exercício da cidadania, onde não versam mais apenas sobre os direitos

básicos e elementares, mas também os direitos sociais modernos que referem-se a trabalho, educação, etc. (GOHN, 2008). Ressalta-se que o conceito de cidadania não está atrelado apenas como direitos do cidadão, ele transita também sobre o campo dos deveres.

A cidadania nos anos 90 foi incorporada nos discursos oficiais e resignificada na direção próxima à ideia de participação civil, de exercício de civilidade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela trata não apenas dos direitos mas também de deveres, ela homogeneiza os atores. Estes deveres envolvem a tentativa de responsabilização dos cidadãos em arenas públicas, via parceria nas políticas sociais e governamentais. Houve um retorno ao atendimento da população a partir de critérios de idade, gênero e etnia (GOHN, 2008, p.76).

Ressalta-se a dualidade dos resultados desse processo. Primeiramente é importante salientar que houve avanços enquanto atendimentos das particularidades e especificidades dos movimentos organizados. Por outro lado é necessário que haja novos aparelhos que garantam a participação plena da sociedade civil através de aparelhos democráticos, como conselhos, audiências públicas, entre outros espaços para que seja garantida a igualdade no atendimento das suas demandas (GOHN, 2008).

No entanto, destaca-se a importância da sociedade civil e sua organização no que se refere a efetivação de direitos sociais nos momentos que demarcam mudanças no contexto políticos, histórico e social no país. Mesmo em tempos em que se divergem os interesses da sociedade civil e parcelas da mesma galgam espaços nos aparelhos estatais através de entidades representativas, se destaca a participação da sociedade civil organizada através de espaços democráticos.

2.1.1 “Vem pra rua!”: Considerações sobre os movimentos populares ocorridos no ano de 2013 no Brasil

No Brasil o ano de 2013 foi marcado em sua história por um momento de mobilização da sociedade civil. Não houve mobilizações com adesão de grande parcela da sociedade civil desde a luta pelo fim da ditadura no país. Isso não quer dizer que não tenham existido outras grandes manifestações, pois existiram sim, como os Caras Pintadas (1993) e o Movimento pela Ética na política (1996), além de outras manifestações que acontecem com mais frequência, como o Grito dos

Excluídos (1995), as Marchas das Margaridas (1983), os movimentos pela Reforma Agrária (SCHERER-WARREN, 2014). Porém, as proporções gigantescas como a de 2013 não é algo comum no país.

As grandes manifestações se concentraram nas capitais tendo como protagonistas participantes de movimentos sociais com pautas de redução das tarifas do transporte público, mas não demorou para que o cenário de reivindicações abrangesse boa parte do país aglomerando grande parcela da sociedade civil. Porém, o início das manifestações ocorreu diferentemente do que a grande mídia publicizou de que apenas no mês de junho do ano de 2013 que teriam começado as manifestações através do Movimento Passe Livre (MPL). O primeiro ato foi na cidade de Porto Alegre, com Bloco de Luta por Transporte Público junto com alguns apoiadores do movimento que organizaram uma manifestação que pautava contra o aumento do preço da passagem. Não houveram resultados significativos, visto que o preço da tarifa aumentou na semana seguinte. Até o mês de junho foram feitas mais algumas manifestações até o grande estopim em todo o país (SCHERER-WARREN, 2014).

No entanto, o grande impulso nas manifestações aconteceu em junho com “O Movimento do Passe Livre” (MPL). Vale ressaltar que o MPL não foi um movimento social que surgiu nas manifestações de 2013, ele já possuía articulações em nível nacional desde 2000. Não apenas ao passe livre, o MPL se pauta na luta pelo que direito a mobilidade urbana seja um direito fundamental, propondo assim a desmercantilização do transporte coletivo, se balizando e direcionado a uma transformação sistêmica (SCHERER-WARREN, 2014).

Embora os movimentos terem seu início com causas mais singulares e direcionadas, não demorou muito para que as reivindicações que versavam sobre o transporte público urbano fosse ampliada a reivindicações direcionadas aos poderes de Estado. As exigências seguiam a linha do aprimoramento no funcionamento do aparelho estatal com intuito de melhorar o atendimento das aspirações da sociedade civil brasileira (PUJOL, ROCHA, SAMPAIO, 2014). Entre essas medidas se podem listar:

[...]a melhor sintonia entre as propostas legislativas e os interesses coletivos; a maior eficiência do judiciário na punição de casos de corrupção e desvios de conduta de políticos e agentes públicos; a maior transparência na aplicação de recursos públicos pelo governo, e a prioridade de investimentos públicos em setores de atendimento à população – educação,

saúde, segurança - em detrimento do investimento em obras para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (PUJOL, ROCHA, SAMPAIO, 2014, p. 03).

Um fator ímpar nas manifestações do ano de 2013 foi a ferramenta de mobilização adotada, que foi toda através de mídias sociais, uma estratégia nunca usada com tanto impacto no país. No contexto atual o uso de mídias sociais é muito comum, porém, nas proporções alcançadas em 2013 foi um momento único no país. Sem partir de uma perspectiva binária, duas possibilidades podem ser alcançadas através do uso deste tipo de ferramenta: participação de quem se identifica com a causa e mobiliza-se de forma organizada ou grande mobilização com causas genéricas.

Outro aspecto diferenciado nas manifestações de 2013 foi em sua linha de frente. Diferentemente de outros atos políticos ocorridos no Brasil, como movimento em favor das eleições diretas durante os anos 80, ou pelo impeachment do ex-presidente Collor no início dos anos 90, o de 2013 não foram organizados por algum grupo ou entidade política. Foi muito mais comum durante as manifestações o apartidarismo dos manifestantes e o repúdio a bandeiras partidárias durante as manifestações (PUJOL, ROCHA, SAMPAIO, 2014).

A ausência de lideranças de movimentos sociais ou agremiações partidárias na orquestração dos protestos explica, em parte, a agenda pulverizada dos pleitos que caracterizaram as manifestações seguintes às de luta pela redução do valor da tarifa de transporte em São Paulo. De maneira geral, esses pleitos estiveram concentrados na exposição de temas centrais da cena política do país naquele momento: o julgamento de políticos e ex-ministros de Estado por corrupção; os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e a Proposta da "Cura Gay", um projeto de lei que pretendia autorizar psicólogos a oferecer tratamento para a homossexualidade; o debate sobre os recursos públicos aplicados em obras a fim de viabilizar a ocorrência de megaeventos esportivos no país nos próximos dois anos, além do Projeto de Emenda Complementar Trinta e Sete (PEC37), a qual pretendia desautorizar o Ministério Público a realizar investigações criminais (PUJOL, ROCHA, SAMPAIO, 2014, p.04).

Da mesma forma que as pautas se relacionavam com questões que ocorriam no momento do país, as mobilizações podem se tornar momentâneas. Esta questão que diferencia as duas fases das manifestações de 2013, em um primeiro momento com um movimento organizado com um histórico de lutas através pautas concisas e focadas e em um segundo momento com um movimento heterogêneo de pautas amplas. Não se pode deslegitimar o movimento por essa característica particular, uma vez que todo movimento é legítimo, porém, do ponto de vista de efetivação dos

objetivos desse movimento podem trazer algumas dificuldades, visto que não há consensos enquanto objetivo comum entre manifestantes.

Outro aspecto que repete no que se refere a relação do Estado com as manifestações populares é a repressão policial. No dia 13 de junho, foi o marco neste aspecto, onde por parte da força policial foram utilizadas balas de borracha e gás lacrimogêneo no confronto com os manifestantes. Foram mais de duzentas detenções neste dia, dentre elas jornalistas, cinegrafistas, fotógrafos e estudantes. O dia 13 pode ser considerado um grande marco nas manifestações de São Paulo, pois é nele onde acontece a primeira consequência política resultante dos protestos, onde o prefeito de São Paulo se pronuncia e se posiciona contra o uso da força policial como forma de repressão dos protestos e há o recuo no preço da tarifa do transporte urbano na capital (PUJOL, ROCHA, SAMPAIO, 2014). Obviamente essa medida não pode ser generalizada em todo país, pois os governos estaduais e municipais não agiram de forma homogênea em todo país, como vai ser apresentado no item 4 (quatro) deste trabalho. Outro aspecto a ser levado em consideração é qual a intencionalidade do governo na capital paulista de acatar ou conceder os pleitos dos manifestantes, de qual foi o real intuito do prefeito de São Paulo, de apaziguar as manifestações ou atender os interesses populares.

As manifestações ocorreram ao mesmo tempo em que acontecia a Copa das Confederações no país, e assim como a Copa do Mundo que ocorreria no ano de 2014, os dois megaeventos eram pautas dos manifestantes. Assim como os objetivos dos movimentos não eram tão direcionados, a estratégia de ação dos mesmos não era diferente. Os manifestantes se dividiram entre os que protestavam de forma pacífica e os que usavam de vandalismo, como foram caracterizados pela grande mídia. Dentre os movimentos que tiveram maior destaque dentro das manifestações se pode eleger os Black Blocs, que tinham objetivo de formar uma parcela anônima de manifestantes que ocupavam a linha de frente do movimento (PUJOL, ROCHA, SAMPAIO, 2014). Diferentemente ao grande apelo da mídia no Brasil, os Black Blocs advêm de uma expressão usada pela polícia alemã na década de 80 para um movimento de crítica ao capitalismo e ao Estado liberal e tinha como uma de suas características o emprego de força como forma de protesto. Porém, os atos violentos eram direcionados principalmente às instituições financeiras e as forças de segurança, não como atos de vandalismo destruindo tudo de uma forma aleatória (DUPUIS-DERI, 2003).

No entanto, os meses de junho e julho compuseram um momento histórico no Brasil. As manifestações podem ser caracterizadas com uma união e eclosão de inquietações por parte da sociedade civil brasileira impulsionada pelos movimentos organizados em prol de melhorias no transporte urbano, como se apresentaram as diversidades ideológicas e políticas por parte dos manifestantes. Mesmo que uma mobilização grandiosa defendendo causas genéricas não tenha potencial para surtir um efeito que se equipare a sua magnitude, não se deve desconsiderá-la, pois o próprio ato de mobilização já é um grande avanço em tempos onde a organização popular muitas vezes é criminalizada. Porém, por não ser um movimento conciso e organizado a efetivação dos objetivos das manifestações pode se tornar algo distante.

2.2 Movimentos populares como forma de resistência

Assim como no primeiro item deste capítulo, abordar as categorias centrais Estado e sociedade civil são imprescindíveis para a compreensão dos movimentos populares como forma de resistência. No entanto, o Estado não atua apenas como um sujeito neutro em relação à sociedade civil. O Estado é um “órgão repressivo de dominação política e de manutenção da exploração econômica” (NETO, 2010, p. 41) correspondendo aos interesses da classe dominante, desconstruindo assim a ideia de que o Estado gere de forma neutra as desigualdades. O Estado, ou melhor dizendo, o Estado que atende aos interesses burgueses tem maior papel opressor do que no sentido de ferramenta de emancipação. Pode-se dizer que o Estado não é uma:

[...]força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da Ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da Razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. (LÊNIN, 2011, p.37).

No entanto, o Estado não é nada mais do que resultado das contradições existentes na sociedade fruto dos interesses antagônicos das classes. O Estado

surge da sociedade civil com fim de regular os conflitos existentes. Porém, a maior defesa é dos interesses da classe dominante, ou se atender interesses da classe dominada há um objetivo conciso de manutenção da dominação.

Também é com a organização da sociedade civil que se pode garantir mudanças na sociedade política (GOHN, 2008). Através desta organização que é possível democratizar o Estado, bem como seus aparelhos, visando atender os interesses da maioria. Uma das formas de organização é através dos movimentos sociais, que estes compreendem por “[...] processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural” (GOHN, 2006 p.171).

Vale ressaltar que estas características da sociedade moderna advêm do conflito entre capital e trabalho. Há uma contradição fundamental no modo de produção capitalista, onde a produção é coletiva e apropriação disto, ou seja, das atividades, das condições e frutos do trabalho é privada. Tais características remetem a duas possibilidades no capitalismo: a primeira onde se torna possível o homem desenvolver suas forças produtivas, ter acesso à natureza, à cultura, entre outros aspectos que culminariam na emancipação humana. Porém, isto se torna impossível exatamente por esse distanciamento entre a acumulação e a produção (IAMAMOTO, 2012). Tal característica o Serviço Social denomina questão social e a compreende como seu objeto de trabalho, e o seu conceito não se reproduz em outras áreas do conhecimento. No entanto, ao mesmo tempo que a questão social é desigualdade, ela gera processos de rebeldia, uma vez que os sujeitos que às vivenciam, à resistem e as opõem (IAMAMOTO, 2012).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77).

Sendo assim, se pode compreender que os movimentos sociais são uma forma de organização da sociedade civil, ou também uma expressão de resistência. Compreendê-los como fruto da tomada de consciência por parte da sociedade civil é compreendê-los como uma expressão da questão social. Vale ressaltar ainda, que nesse contexto há “um processo denso de conformismo e rebeldias, forjado ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos

direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2001a, p.17 apud SCHONS, 2002, p. 21).

Para, além disso, se devem compreender as respostas do Estado diante desses processos. Como anteriormente explicitado, o Estado historicamente vem implementando políticas sociais públicas focalizadas e fragmentadas para o atendimento às diversas expressões de desigualdades, que se manifestam na vida dos cidadãos e cidadãs.

Pode-se definir as políticas públicas também “como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” (LYNN, 1980 apud SOUZA, 2006, p.24), como garantia dos mínimos sociais, combate a pobreza ou de segurança, no qual nos deteremos nesta pesquisa. Ou também pode ser conceituada como “a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público” (LOPES, AMARAL, CALDAS, 2008, p. 05).

Percebe-se tal característica ainda presente na Política de Segurança Pública, onde o anteriormente compreendido como “inimigo”, na atualidade pode ser compreendido como algo que comprometa a “ordem”. Logo, os processos de resistência muitas vezes podem ser incluídos como processos de perturbação exatamente por visar tencionar a ordem vigente. A Política de Segurança Pública em si será problematizada no item 3.2 deste estudo. No entanto, ressalta-se que:

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a segurança sempre estiveram direcionadas a repressão, através do investimento em aparelhamento das polícias, partindo do pressuposto que a criminalidade e a violência eram exclusivamente questões de polícia (LIMA, 2010, p. 01).

Ao mesmo tempo em que se tem na organização da sociedade civil uma possibilidade de busca pela efetivação de direitos básicos através de tensões ao Estado e a própria ordem, caracterizando assim uma forma de resistência, há a resposta do mesmo através de ferramentas repressivas e coercitivas de manutenção da ordem em prol de interesses da classe dominante. Não se pode negar que alguns direitos são efetivados pelo Estado através de outras políticas públicas. Porém, também não se deve negar qual o papel de mediador destinado ao Estado relacionado ao conflito entre as classes e a intencionalidade de manutenção de suas ações.

3- ESTADO X SOCIEDADE CIVIL: COMO SE MATERIALIZAM SUAS RELAÇÕES FRENTE ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Levando em consideração que este trabalho irá problematizar a ação do Estado com ênfase na Política de Segurança Pública, se faz necessário problematizar como são implementadas as políticas públicas pelo Estado de acordo com os modelos de gestão adotados pelos governantes do mesmo. Vale ressaltar a importância de problematizar as particularidades das políticas públicas no Brasil e qual o seu caráter frente as demandas da sociedade civil.

A partir deste contexto histórico, considerando as características e particularidades do Estado brasileiro será problematizada a Política de Segurança Pública. Salienta-se a necessidade da problematização de como se constitui esta política e sua real finalidade.

3.1 Políticas públicas: intervenção e manutenção

Como já referido nos itens anteriores, o Estado é fruto das contradições existentes na sociedade decorrente do conflito entre capital e trabalho e tem papel regulador dos conflitos entre as classes. Uma das formas de mediar estes embates é através de políticas sociais públicas, que pode atender os interesses da classe dominada, mas também pode servir como forma de manutenção da ordem vigente.

Vale ressaltar que as políticas sociais afetam diretamente no cotidiano de funcionamento da sociedade civil. Para que as políticas sociais públicas possam ser efetivadas, estas necessitam de recursos, que são arrecadados através dos tributos pagos pelos cidadãos. Ao mesmo tempo em que serve como forma de regular conflitos também se relaciona ao comportamento, a organização de mercados e burocracias, além de distribuir benefícios e serviços a população (RODRIGUES, 2011). Pode-se entender ainda as políticas públicas como:

Expressão tradicionalmente consagrada como referente a ações governamentais dos Estados modernos tendo em vista atender a redução das consequências da pobreza em diversas áreas de serviços, como educação, saúde, habitação, previdência etc. Essas ações visam

equacionar, em alguns casos, ou minimizar, em outros. (GENTILLI, 2007, p. 77-78)

Ressalta-se que a pobreza¹ é uma das diversas expressões de desigualdade advindas da conflituosa relação entre capital e trabalho, da forma de extração de mais-valia como fonte de acumulação, e o processo de alienação dos meios e do produto do trabalho (COSTA, 2010). Sobre as expressões da questão social é importante destacar que estas precisam ser compreendidas a partir de dois vieses, ou seja, ao mesmo tempo em que o conflito entre o capital e trabalho gera expressões de desigualdade², ocorrem processos de resistência³, considerando que “o homem é um ser que responde” (LUKÁCS, 1981 apud COSTA, 2010, p. 02), ou seja, não é e nem está totalmente imparcial à dinâmica da sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário situar, brevemente, o surgimento das políticas sociais, contextualizando-as, portanto, no contexto europeu no final do século XIX e sua relação direta como resposta dada à questão social. Nesse processo foi incorporada pelo Estado algumas demandas da classe trabalhadora advindas de suas reivindicações. Posteriormente surgiram normativas que versavam sobre melhorias no atendimento as necessidades básicas da classe trabalhadora (BEHRING, 2007).

As primeiras iniciativas de política social se dão na relação de continuidade entre o Estado liberal⁴ e o Estado social⁵. Houve uma ruptura radical entre as duas formas de Estado, porém há alguns pontos comuns entre os dois, como: reconhecimento dos direitos sociais à classe trabalhadora e o reconhecimento de que os direitos sociais não deve ferir a dinâmica da sociedade capitalista bem como seus fundamentos, onde as atribuições do Estado dirigiam-se a proteção ao direito à vida, a liberdade individual e os direitos de segurança e propriedade (BEHRING, 2007).

¹ “[...] a pobreza é mais do que renda ou desenvolvimento humano inadequado; como também vulnerabilidade, falta de voz, poder e representação” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 12).

² Grifos do autor.

³ Grifos do autor.

⁴ É o modelo de Estado capitalista que não se responsabiliza pela “correção da distribuição de renda ou pela absorção de externalidades” (WILLIAMSON, KUCZYNSKI, 2004, p. 286 apud KELLER, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2012, p. 46), ou seja, é o modelo de Estado que não se caracteriza por ser fortemente interventivo exercendo ações apenas de forma focalizada.

⁵ É o modelo de Estado capitalista onde é renunciado o seu papel de não mediar questões no âmbito social para se tornar um interventor moderado, passando assim a regular mais fortemente a economia e a sociedade, promovendo ações e benefícios sociais, se relacionando cada vez mais com as expressões advindas do conflito entre capital e trabalho, tornando-o assim um forte regulador (KELLER, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2012).

Nesse contexto, verifica-se que a classe trabalhadora teve forte influência na passagem do Estado liberal para um Estado que minimamente passou a atender os seus direitos, isso se sucedeu através de suas mobilizações e organização de classe. Como fruto desse processo, houve conquistas enquanto direitos políticos, a organização em sindicatos e partidos e a livre expressão e manifestação (BEHRING, 2007).

Ressalta-se que tais direitos conquistados estão longe de uma ruptura com o modo de produção Capitalista e a contradição existente entre as duas classes. No entanto, o que não deve ser negado é de que apesar de não ter ocorrido um processo de construção de uma nova ordem social, estas conquistas contribuíram para ampliar os direitos sociais e políticos. É a partir destas tensões da classe trabalhadora perante o Estado que este passa a assumir ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade, mesmo que mantendo o sistema vigente.

No Brasil, o desenvolvimento da política social diferenciou-se do processo europeu devido as suas particularidades referentes à colonização do país que ocorreu entre os séculos XVI e XIX e serviu de acumulação originária de capital nos países centrais. Outra particularidade histórica é o peso do escravismo na sociedade brasileira que trazem ranços ideológicos até a atualidade, como se percebe nas condições de trabalho, nas relações sociais e no ambiente cultural brasileiro, caracterizado pela desqualificação, entre outros aspectos que influenciam diretamente na relação entre capital e trabalho. Por fim, outro aspecto que não se deve desconsiderar é a adaptação brasileira ao capitalismo tardiamente a partir da substituição lenta do sistema escravista pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, que ao mesmo tempo que se adaptava aos moldes capitalistas conservava alguns elementos importantes da antiga ordem (BEHRING, 2007).

Para Fernandes (apud BEHRING, 2007) a formação e a consolidação do capitalismo no Brasil ocorreram com a criação do Estado nacional. Houve processos decisivos para que isso acontecesse, como a ruptura com a homogeneidade da aristocracia agrária, ao lado do surgimento de novos agentes econômicos sob a pressão da divisão do trabalho, na direção da construção de uma nova sociedade nacional. Ressalta-se que esse movimento trás em si a ausência de compromisso com qualquer defesa concreta dos direitos dos cidadãos por parte das elites – ainda

agrárias-, o que é uma permanente marca na constituição do Brasil bem como sua política social. Vale ressaltar que as

[...] seqüelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas (NETTO, 1992, p. 28)

Sendo assim, entende-se que as políticas sociais constituem-se enquanto estratégias do Estado burguês para a intervenção nas sequelas da questão social. Porém, esta intervenção se dá de forma focalizada e minimalista.

O processo da Independência do país caracteriza-se por deixar de ser exercido de fora para dentro e passaria a se organizar internamente, havendo condições para a ruptura com o antigo formato do país. Apesar destes elementos favoráveis, ainda existiam componentes conservadores que tinham o interesse de preservar a ordem social. Estes elementos eram inspirados no liberalismo – no qual balizava as elites da época. A partir desse processo, o Estado passa a ser visto como um meio de internalizar os centros de decisão política e de carregar em si o predomínio das elites dominantes, havendo assim uma forte confusão entre público e privado (BEHRING, 2007).

É inegável que todos os elementos problematizados anteriormente particularizam todo o processo de formação social, político e econômico do Brasil. Nesse contexto de internalização do país, a elite da época ou os senhores da colônia passam a apenas “senhores”, ou seja, também elemento constituinte da sociedade civil. Porém, no que se refere a democracia, esta não abrangia a população como um todo, mas estava atrelada as parcelas dominantes que constituíam a sociedade civil e usavam-se do Estado em desenvolvimento para favorecimento de seus interesses (BEHRING, 2007).

O processo de implementação de um Estado nacional contribuiu para que houvesse um desenvolvimento do ideal burguês, mas não de forma plena e ainda sem romper o entrosamento com mercado externo. A partir disso, cria-se um cenário de mercado favorável de expansão socioeconômica de fortalecimento do mercado interno em um viés exportador (BEHRING, 2007). Logo, se reafirma a compreensão de que o Estado “não é mais do que a forma de organização que os burgueses criam para si [...] com a finalidade de garantir reciprocamente suas propriedades e seus interesses” (MARX, 1972, p. 76 apud COSTA, SIMIONATTO, 2012, p. 11). Outro

aspecto que o poder político e social da aristocracia agrária impunha ao processo de modernização é o lento avanço de um setor novo e da urbanização. Entre a visão de modernização mais acelerada e os interesses dos senhores, prevaleceu o intermédio desses dois elementos, onde se barganhava certa contenção do que o mercado externo ditava dos níveis econômicos e técnicos, ao lado de uma contenção do mercado interno moderno, neutralizando as vantagens econômicas da criação do Estado nacional. Assim, havia condições de garantir controle do ritmo de modernização, segundo os interesses dos antigos senhores, e uma acomodação limitada no tempo de formas econômicas opostas (BEHRING, 2007).

Apesar das mudanças nas configurações de mercado do Estado brasileiro nesse período, bem como uma economia voltada para os interesses internos do país, não houve mudanças significativas no que tange à ordem social desde o início do período do Brasil colônia no ano de 1500 até o ano de 1900. A partir do ano de 1930 se inicia o processo de implantação de legislação para a área trabalhista, visto que o trabalho seria o elemento crucial para o desenvolvimento do liberalismo no país. Inicia-se também os movimentos de mobilização frente à necessidade de intervenção nas expressões da questão social (COUTO, 2006).

No período de regime militar do país, - do ano de 1964 à 1984 – mais precisamente nos seus últimos anos há discussões pautadas na abertura para a democracia. Os governos deste período tinham como características comuns suas ações com base no desenvolvimento do país. O que se diferencia do período anterior, é o desenvolvimento dos direitos sociais que se caracterizam por serem concedidos pelo Estado (COUTO, 2006).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 há uma nova configuração dos direitos sociais no Brasil. Há um maior destaque para a assistência social, que passa a ser uma política social no âmbito da seguridade social, sendo ela a última a constituir a tríade que a compõe, junto das políticas públicas de saúde e previdência. Destaca-se que a seguridade social caracteriza-se como uma conquista no âmbito afirmação de direitos sociais. Nos anos de 1985, período pós-ditadura até o final da década de 1990, o Brasil marcava-se por um contexto de desigualdade social, alto índice de desemprego, desmonte dos direitos trabalhistas, aumento da concentração de renda, e privatizações. Os discursos do Estado versavam sobre propostas democráticas, havendo avanços, como a própria constituinte. Porém, a ótica liberal não era deixada de lado, visto que continuavam sendo colocados acima

os interesses privados em relação aos interesses públicos. (COUTO, 2006). Há então uma dura contradição no processo de redemocratização e desenvolvimento do Estado voltado para os interesses públicos.

Ao mesmo tempo em que há um marco da redemocratização do país e avanços na garantia dos direitos sociais através da Constituição Federal de 1988, há um desmonte da seguridade social pelo projeto de desenvolvimento neoliberal assumido neste período. Este contexto tem seu início na década de 1990, primeiramente com o governo Collor caracterizado por ter um quadro de privatizações, aumento da informalidade do trabalho e um grande avanço de práticas especulativas características do capital financeiro aliado à diminuição de indústrias (ANTUNES, 2004) no qual caracterizam os preceitos neoliberais. As reformas implementadas a partir do governo Collor contribuíam para um cenário

[...] macroeconômico (recessão ou baixo crescimento da economia num contexto de intensa reestruturação industrial, juros elevados e abertura comercial com a intensificação da concorrência intercapitalista), contribuíram para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego total nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos (ALVES, 2009, p.190).

No governo de Fernando Henrique Cardoso que teve início no ano de 1994, mantinha traços do governo Collor no que diz respeito ao programa econômico. Porém, os dois governos, apesar de que em sua essência se assemelharam, a forma de governo foi o que os diferenciou. Pode-se dizer que Fernando Henrique Cardoso obteve algumas estratégias mais eficazes do ponto de vista de efetivar seus objetivos, sendo ele o responsável pelo plano real, obtendo êxito na estabilizaçãoeconômica do país implementando uma forma de governar burguesa seguindo os preceitos neoliberais (ANTUNES, 2004).

O resultado da forma de governar de Fernando Henrique Cardoso foi de “um monumental processo de privatizações, desindustrialização, “integração” servil subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país do cassino financeiro internacional” (ANTUNES, 2004, p.37). O Brasil volta a ser, mesmo que indiretamente, um total dependente de relações exteriores, não só perdendo de fortalecer como enfraquecendo a força produtiva do país havendo um maior desmonte dos direitos trabalhistas, tornando-o conivente com o fortalecimento do capital bem como seus frutos de poder amplificador da luta entre as classes. Há um

contexto de valorização do mercado exterior, contribuindo para o fechamento das indústrias nacionais, visto que se tornava impossível a competição com as empresas de outros países (ALVES, 2009).

O Estado neoliberal entende o mercado como ponto central para o desenvolvimento da sociedade moderna. As políticas sociais públicas que são implementadas tem a finalidade única de reafirmar a sociabilidade capitalista (ZANARDINI, 2006). Ou seja, é o mercado que rege o “caminho” no qual a sociedade deve seguir, com o Estado intervindo apenas como ferramenta para manutenção para que isso ocorra. Há também o enfoque no capital internacional, ou seja, há internacionalização das relações de mercado onde os países menos desenvolvidos acabam por se tornar subalternos dos países mais desenvolvidos, logo, os que regem as leis de mercado.

Essa relação se assemelha a relação entre uma grande e uma pequena empresa. Por exemplo: uma grande empresa de lápis de nível nacional detém mais meios de produção- mais capacidade de produção -, melhor estrutura logística e conseqüentemente mais amplitude de venda. Já uma empresa regional do mesmo produto não detém dos mesmos recursos da primeira empresa, sua venda restringe-se na sua região. No entanto, a grande empresa possui melhores condições para que seu produto possa atingir mais áreas de venda, logo, se consegue melhores condições de comercialização do seu produto. A concorrência com a pequena empresa se torna desigual, visto que esta não possui a mesma amplitude que a grande empresa e esta vira dependente no que se refere aos preços dos seus produtos.

Assim é a relação de países subalternos com menores condições de vazão do seu capital interno em relação aos países desenvolvidos. Essa relação de dependência torna-se nociva para o desenvolvimento destes países menores, visto que os dois países não tem os mesmos contextos sociais, históricos e políticos, logo o Estado deve intervir de forma diferente de acordo com a realidade de cada país.

Quando se fala em redução do Estado interventivo e caracterizado pela totalmente dependência do capital estrangeiro, se fala em abstrair as relações desiguais engendradas no país que se diferenciam nas suas regiões com contextos sócio históricos diferentes. É como comparar o país a um condomínio onde se entende que todos possuem condições semelhantes e o gestor se responsabiliza pelas necessidades mínimas para o funcionamento e sobrevivência dos moradores

neste local, mas qualquer evento que venha a subverter esta ordem é de responsabilidade do próprio condômino, como a falta de condições de pagar as taxas do condomínio.

Como já falado anteriormente há a intervenção do Estado através de políticas públicas. Porém o viés destas políticas públicas é para manutenção do formato do modo de produção capitalista adotado e possui medidas paliativas com objetivos muito específicos. Um exemplo é a Política de Segurança Pública, um dos temas centrais deste trabalho, onde suas medidas geralmente são de cunho repressivo sem levar em consideração o cerne que foi o estopim para a necessidade da adoção de medidas de segurança. Esta característica perpassa por todos os períodos históricos do país, o que será abordado no próximo item.

Seguindo a trajetória dos governos do país posterior a constituinte de 1988, apesar do governo de Fernando Henrique Cardoso ter contribuído para um “caos social” no Brasil, o presidente se manteve no poder por dois mandatos. No ano de 2003, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, posteriormente seguido por Dilma Roussef eleita no ano de 2010, se inicia uma nova forma de governo balizada por um novo viés, o neodesenvolvimentista.

O neodesenvolvimentismo em sua gênese se diferencia do neoliberalismo – no qual se balizavam os governos anteriores – por usar programas de crescimento da economia aumentando o gasto público e a redistribuição de renda visando o fortalecimento do mercado interno (ALVES, 2013a). Há diferenças também relacionadas às políticas que visam combater as crises estruturais do capitalismo global, no qual era o contexto social em que Lula assume o seu governo no ano de 2003.

Ao mesmo tempo em que o dito governo neodesenvolvimentista brasileiro usa de estratégias que o diferenciava dos neoliberais, o mesmo mantinha algumas características do tripé macroeconômico neoliberal, como as metas para inflação; o câmbio flexível no qual o preço das moedas estrangeiras são regulados através da demanda e oferta de mercado, não através do controle sistemático do governo; e a adoção do superávit primário, onde os gastos públicos não podem superar as suas arrecadações com tributos (ALVES, 2013a).

Não há como negar que o Brasil elevou positivamente seus indicadores sociais. A camada mais pobre da população foi assistida pelos programas sociais do governo Lula e Dilma culminando na redução da desigualdade social, redução da

extrema pobreza, houve o aumento do consumo dos pobres com o crescimento da posse de bem duráveis e também a ampliação do acesso aos serviços públicos essenciais. A diminuição do trabalhador informal também foi um ponto positivo destes dois governos. Houve mudanças significativas no poder de consumo e renda das camadas mais pobres da população do país, mas não houve rompimento com a estrutura de classe do país (ALVES, 2013b). Ou seja, ocorreram melhorias no âmbito social no Brasil, mas se os governos forem analisados em sua totalidade, nunca houve um rompimento com algumas características cruciais para o total desvencilhamento com os preceitos neoliberais, como a continuidade de um Estado reduzido no âmbito social, embora tenha havido avanços neste aspecto.

O neodesenvolvimentismo é considerado por nós como sendo um *novo modo de desenvolvimentocapitalista* no Brasil apoiado numa *frente política* composta, por um lado, pela *grande burguesia interna* constituída pelos grandes grupos industriais tais como as empreiteiras [...] – todos beneficiados pelo aumento das exportações focado numa agressiva política de financiamento através do BNDES, voltados para promover as empresas e os investimentos brasileiros no exterior; por outro lado, pelas camadas organizadas do *proletariado brasileiro* (velha classe operária) e setores populares – incluindo o *subproletariado* pobre, beneficiados pelo crescimento da economia, redução do desemprego aberto e formalização do mercado de trabalho, oferta de crédito para dinamizar o mercado interno; aumento do gasto público e políticas de transferência de renda viaprogramas sociais (Bolsa-família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, etc (ALVES, 2014).

No entanto, os governos Lula e Dilma desenvolveram um governo implementando políticas de caráter neodesenvolvimentista sem o rompimento com o formato neoliberal dos governos anteriores. Apesar de haver maiores atenções às camadas mais pobres da sociedade brasileira e conseqüentemente elevações positivas nos índices de qualidade de vida do brasileiro, medidas de rompimento com o mercado externo e fortalecimento do mercado interno o que os realmente distanciariam de um formato neoliberal foram minimamente brandas.

O Brasil se caracteriza pelo processo de desenvolvimento do capitalismo tardio, onde se mesclavam aspectos do período escravista, bem como haviam manipulações do Estado servindo aos interesses dos senhores da época. Não obstante disso, o desenvolvimento das políticas sociais se particulariza desta forma, onde não são caracterizadas apenas como conquista, mas como concessões advindas da classe dominante com fim de desenvolvimento e manutenção de um Estado aliado aos seus interesses. Essas características do país percorrem até os

dias atuais uma vez que ainda há a dependência do capital externo, as políticas sociais públicas ainda possuem um caráter de manutenção e não há grandes forças em prol do fortalecimento dos direitos trabalhistas massacrados no período neoliberal no país. E para além disso, algumas políticas públicas trazem em si todas as características acima explicitadas, como a política pública de segurança pública que será apresentada no próximo item.

3.2 Considerações sobre Segurança Pública e sua Política

Para a compreensão sobre a Política de Segurança Pública se deve considerar como são direcionadas as políticas públicas e a quem elas irão atender. Da mesma forma que há a criminalização dos processos de resistência através de políticas públicas direcionadas estritamente para essas expressões através de ações coercitivas e violentas pelos aparelhos do Estado norteados por essa política, há políticas direcionadas para as expressões de desigualdade. Primeiramente, vale ressaltar sobre a grande “cultura de criminalização” dos processos de resistência pela Política de Segurança Pública. De acordo com a Constituição Federal do ano de 1988, no Capítulo II, artigo 144 a Segurança Pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (BRASIL, 2006 apud. CUNHA, 2011, p.8), logo, a política pública direcionada para segurança pública além de evidenciar o caráter de manutenção da ordem social vigente a Política de Segurança Pública se caracteriza pela adoção da coerção em suas ações.

[...] a política de Segurança pública, possui características peculiares, tendo em vista os efeitos que projeta na construção do imaginário social, na potencialização das desigualdades impostas pelo capitalismo - fomentadoras de sua reprodução - e consequentemente, com as ações implementadas pelo Estado em sua execução, por meio do uso destoante dos recursos públicos e do aparato coercitivo implicados no desenvolvimento da política” (CUNHA, 2011, p.05).

No contexto atual a Política de Segurança Pública ainda carrega muitos traços das Políticas Públicas no século XVIII e XIX, no qual tinha o principal objetivo a defesa em caso de ataque inimigo (LOPES, AMARAL, CALDAS, 2008, p. 05). Porém, o que particulariza a Política de Segurança Pública no século XXI, é de que

onde o anteriormente compreendido como “inimigo”, na atualidade pode ser compreendido como algo que comprometa a “ordem”, como os movimentos de resistência por exemplo. No entanto,

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a segurança sempre estiveram direcionadas a repressão, através do investimento em aparelhamento das policias, partindo do pressuposto que a criminalidade e a violência eram exclusivamente questões de polícia (LIMA, 2010, p. 01).

A “cultura da ostensão” é muito maior do que sempre foi muito maior do que qualquer tentativa de prevenção. A forma como é operacionalizada a Política de Segurança Pública da margem para a compreensão de que os eventos de contravenção da ordem são compreendidos muito mais como fatos isolados e subjetivos. Não são considerados que os processos sociais carregam em si um perfil *histórico*, por ser expressão de um determinado período de tempo e estarem em si vários elementos construídos dinamicamente até o seu acontecimento *epolítico* por muitas vezes estarem tencionando a relações de dominação inerentes a sociedade capitalista, como são os casos dos movimentos de resistência.

Diferentemente da redução do papel do Estado no âmbito econômico e social, no que se refere à segurança pública, tem ocorrido uma ampliação dos instrumentos de controle sobre a sociedade. Por isso, “[...] não tardou para que no final do século 20, na sociedade de controle, com o neoliberalismo, aparecesse uma terceira versão para os perigosos a serem confinados [...]” (PASSETTI, 2003, p. 134 apud CARVALHO; SILVA, 2011, p.60).

Compreender que segurança pública se faz apenas com policiamento de modo ostensivo e ampliação das medidas que subsidiem atividades punitivas são no mínimo estratégias equivocadas, simplistas e imediatistas. Com o achatamento do Estado para questões de cunho social e a ampliação das medidas repressivas há muito mais uma reafirmação do modo de produção capitalista e seu pleno funcionamento e maturação do que uma própria “segurança pública”.

[...] desenvolver o Estado penal para responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a

(r)estabeleceruma verdadeira 'ditadura sobre os pobres' (WACQUANT, 2001, p. 10 apud CARVALHO; SILVA, 2011, p.61).

No que se refere ao papel do Estado relacionado à segurança pública há um processo contraditório, ou seja, uma dualidade no atendimento do Estado para com as classes sociais. Para quem detém os meios de produção, ou seja, possui o controle sobre a reprodução econômica, há um Estado fortalecedor. Já para as camadas pauperizadas, há muito mais um controle através da força do que uma própria assistência. Assim, há diferenças nas formas como é direcionada a formas penalização(CARVALHO; SILVA, 2011).

[...] por Estado penalizador, os estudos e pesquisas procuram mostrar as dimensões atuais dos efeitos da globalização nas segregações, confinamentos e extermínios de populações pobres, adulta, juvenil e infantil (PASSETTI, 2003, p. 170 apud CARVALHO; SILVA, 2011, p.60).

Há clareza do perfil tendencioso da ação do Estado perante segurança pública através de sua política. Deve-se fazer que questionamentos que versam sobre para quem é esta segurança pública, qual o seu real papel e de onde estão suas raízes. No decorrer desse trabalho há a intenção de responder estas perguntas através da análise das manifestações ocorridas em 2013 que será problematizada no próximo item.

4- AS AÇÕES DO ESTADO NORTEADAS PELA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DIANTE DAS EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA PRODUZIDAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA DURANTE AS MANIFESTAÇÕES DE 2013

Para a realização da pesquisa a qual se propõe este trabalho, vale ressaltar que este usou das seguintes questões norteadoras: Quais os processos sociais e as particularidades das motivações das manifestações populares no ano de 2013? Quais foram as ações da Política de Segurança Pública diante destas expressões de resistência? Qual foi a natureza das ações da Política de Segurança Pública, considerando estas expressões de resistência? Sendo assim, os itens que constituem este capítulo buscam responder as questões norteadoras apresentadas acima.

Diante disto, ressalta-se que o primeiro item deste trabalho irá abordar os procedimentos metodológicos acerca desta pesquisa. Nele está exposta a importância da pesquisa para o Serviço Social enquanto construção de conhecimento, considerações sobre o método usado na pesquisa, o seu caráter, universo e amostra, técnicas e procedimentos para a realização da pesquisa, e por fim as etapas desta pesquisa.

Os seguintes itens estarão atrelados a apresentação dos resultados da pesquisa. Sendo assim, em ordem estes serão sobre as motivações e particularidades das manifestações de 2013, como foram as ações do Estado norteadas pela Política de Segurança Pública e qual a natureza destas ações.

4.1 Procedimentos metodológicos

Antes de abordar os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa se faz necessário ressaltar a importância da pesquisa no Serviço Social como uma forma de produção do conhecimento e também como ferramenta para o trabalho do assistente social. Ressalta-se que na trajetória histórica da profissão a atitude investigativa assume dois caracteres para o trabalho do profissional. Ela é constitutiva deste trabalho, uma vez que este se fundamenta na relação entre teoria e prática, fazendo parte da natureza da profissão e buscando compreender de uma forma crítica os processos sociais com fim de fundamentar a intervenção. Outro

caráter da atitude investigativa é o de ser constituinte da profissão de assistente social, visto que o próprio processo de produção, bem como seus avanços nos âmbitos do trabalho do assistente social, das políticas públicas e da formação profissional faz com que haja uma reflexão crítica e propositiva sobre a natureza da profissão (BOURGUIGNON, 2005). No entanto, salienta-se que a dinâmica social emprega condições diferentes para o trabalho do profissional. Sendo assim, a atitude investigativa, dentro disto a própria pesquisa, faz com que haja produção do conhecimento e esta contribua no aporte necessário para a intervenção profissional de acordo com a realidade em que o mesmo se insere.

Considerando o exposto, será apresentada os elementos utilizados para a realização desse estudo. A pesquisa baliza-se através do método dialético-crítico, fundamentado no materialismo histórico, caracterizado como “o real reproduzido e interpretado no plano ideal” (NETTO, 2011, p. 21), ou seja, o ideal é o material interpretado pelo ser humano. O método dialético crítico tem como uma de suas características a realização e “a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento” (TRIVIÑOS 1987, p. 51), onde para isso os fenômenos não são interpretados da forma como se apresentam.

Pode-se dizer também que para chegar à essência do fenômeno torna-se necessário desconstruir a pseudoconcreticidade e ultrapassar o plano da imediatez. Ou seja, o fenômeno em um primeiro momento apresenta-se de forma imediata e desconexa de sua essência. Ressalta-se ainda que, entre a essência do fenômeno e a aparência existem vários fenômenos que precisam ser desvendados (PONTES, 2000).

O método dialético-crítico trabalha com três categorias centrais, sendo elas: totalidade, contradição, historicidade. Segundo Netto (2011, p.56), para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta onde não se constituiu por partes funcionais interligadas, mas sim de uma “totalidade concreta e inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidade de menor complexidade” (2011, p.56). Essa totalidade é dinâmica, o seu movimento é o resultado das contradições inerentes às totalidades que compõe a totalidade inclusiva e macroscópica (NETTO, 2011), ou seja, é a contradição que resulta na dinâmica da totalidade, em seu movimento, sem os conflitos de caráter contraditório a totalidade seria inerte.

No que se refere à historicidade, cabe ressaltar que para compreender os fenômenos ocorrentes em cada totalidade deve ser considerado os níveis de complexidade de cada uma delas (NETTO, 2011). A dinâmica da sociedade e seu processo de transformação só pode ser compreendido através de seu contexto histórico. A pesquisa teve caráter qualitativo, a qual recebe o seguinte conceito:

A pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa que busca aprofundar a análise, tanto quanto possível e não apenas conhecer os fatos de forma sumária, a partir de uma primeira aproximação. Trabalha basicamente com a experiência social dos sujeitos expressa no seu cotidiano, ou seja, com a expressão de sua cultura, o que inclui modo de vida, significados atribuídos, valores, sentimentos, linguagem, representações, práticas sociais (PRATES, 2003).

Considerar os elementos de uma pesquisa social em sua totalidade torna-se impossível, uma vez que há um grande número de abrangência no que se refere aos mesmos (GIL, 2007). No entanto, para a realização da pesquisa foi adotado um universo, sendo que este compreende “um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características” (GIL, 2007, p. 99), ou seja, se elencou um amplo contíguo de elementos com características comuns do que foi pesquisado. Para responder o que foi questionado, tendo em vista a impossibilidade de abranger seus elementos de forma total, se elencou uma amostra, que se definiu por um “subconjunto do universo da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo [...]” (GIL, 2007, p.100). Ressalta-se que nesta pesquisa se usou de uma amostra não probabilística do tipo intencional, ou seja, foi selecionado um subgrupo do universo baseado nas informações disponíveis (GIL, 2007).

Outra característica da pesquisa foi seu caráter exploratório, ou seja, visa “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca do determinado fato” (GIL, 2007, p. 43). No que se refere ao delineamento da pesquisa, este foi documental, compreendendo assim os vídeos veiculados na internet a diferenciando da pesquisa bibliográfica por buscar seus dados em materiais que não receberam um tratamento analítico (GIL, 2007).

No que se refere ao universo desta pesquisa, este compreendeu vídeos veiculados na internet no ano de 2013 através de canais do website Youtube que abordam as ações norteadas pela Política de Segurança Pública nas manifestações populares ocorridas neste ano. Enquanto amostra, foram selecionados três (03)

vídeos veiculados em canais de editoras no site YouTube com cunho formal que abordam discussões sobre as manifestações ocorridas no ano de 2013 com o foco nas ações norteadas pela Política de Segurança Pública. Ressalta-se que o reduzido número de vídeos analisados está atrelado ao reduzido tempo de execução da pesquisa.

Sobre os critérios de inclusão da pesquisa, estes compreenderam vídeos que foram veiculados na internet através de canais do Youtube com conteúdos que abordam as ações norteadas pela Política de Segurança Pública como ações da polícia ou outros aparelhos estatais que são norteados por essa política pública. No que se refere aos critérios de exclusão, estes compreenderam vídeos publicados por usuários aleatórios do site Youtube com cunho informal.

Nesta perspectiva, foram escolhidos três documentários que tiveram suas produções em diferentes estados do Brasil. O Primeiro vídeo trata-se de uma reportagem primeiramente veiculada pela TV Folha, a qual possui canal no site YouTube, porém foi utilizado o vídeo repostado pelo canal deste mesmo site denominado “AnonymousBrasillis”, grupo presente e influente nas manifestações de 2013. No que se refere ao conteúdo do vídeo não houve manipulações do grupo “AnonymousBrasillis”. O material aborda a forma de ação violenta da polícia mesmo com os jornalistas que cobriam as manifestações. No decorrer deste trabalho este vídeo será identificado através do código “V01”.

O segundo vídeo intitulado “Democracídio: Prisões arbitrárias” foi acessado no site YouTube através do canal “Arquivo Mariachi”. O seu conteúdo aborda prisões em penitenciárias de segurança máxima de três jovens que se envolveram com as manifestações do ano de 2013 e será chamado de “V02”. O terceiro e último vídeo denominado de “Com vandalismo” produzido pelo coletivo “Nigéria Filmes” é um documentário sobre as manifestações em Fortaleza no estado do Ceará com ênfase nos ditos atos de vandalismo por parte dos manifestantes. O mesmo será identificado como “V03”. No quadro 1 é possível identificar o título dos vídeos, o endereço eletrônico onde os mesmos estão disponíveis e a forma como os mesmos serão identificados no decorrer deste trabalho.

Quadro 01: Identificação dos vídeos analisados:

Título do Vídeo	Identificação no Texto	Endereço Eletrônico	Canal do Youtube
Melhor cobertura das manifestações no Brasil	V01	https://www.youtube.com/watch?v=FxGm02YwPKA	Anonymous Brasilis
Democracia: Prisões Arbitrárias	V02	https://www.youtube.com/watch?v=NdnEQXbLesc	Arquivo Mariachi
Com Vandalismo	V03	https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s	Nigéria Filmes

FONTE: Quadro elaborado pelo autor

Para a coleta de dados foi utilizada a observação simples, uma vez que este tipo de observação caracteriza-se por ser utilizado em sua maioria em pesquisas qualitativas de caráter exploratório considerando que esse tipo de observação o pesquisador permanece alheio ao que está sendo pesquisado (GIL, 2007). Portanto, utilizou-se de um roteiro norteador (apêndice 01) para a análise do conteúdo dos vídeos, sendo esses previamente selecionados de acordo com os critérios acima elencados e assistidos buscando assim contemplar os objetivos propostos pela pesquisa. Sobre a análise dos dados, esta pode ser conceituada como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN apud. MINAYO, 2008, p. 303).

Nesta pesquisa utilizou-se a técnica de análise de conteúdo elencadas por BARDIN (2009) Ressalta-se que esta técnica está dividida em três fases, sendo elas:

A pré-análise: esta fase caracteriza-se por ser de cunho organizacional, iniciada com os primeiros contatos com o material através de leitura. É a fase da análise onde se objetiva a operacionalização, com a escolha dos documentos a serem pesquisados, a formulação de hipóteses e a preparação do material para análise (BARDIN, 2009).

A exploração do material: “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2009, p.127).

Os resultados: é onde os dados “são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (BARDIN, 2009, p.127).

Com base no exposto, destaca-se que a presente pesquisa foi organizada em cinco (05) etapas, sendo elas assim dispostas:

1ª etapa: seleção de três (03) vídeos veiculados em canais de editoras no site YouTube com cunho formal que abordem discussões sobre as manifestações ocorridas no ano de 2013 com o foco nas ações norteadas pela Política de Segurança Pública;

2ª etapa: coleta dos dados realizada através de roteiro norteador previamente elaborado;

3ª etapa: o material coletado foi submetido a técnicas de análise de conteúdo;

4ª etapa: explicitação dos dados coletados buscando confrontar com dados existentes buscando alcançar os objetivos da pesquisa e responder o problema de pesquisa;

5ª etapa: Apresentação do Trabalho Final de Graduação em Serviço Social na presença de banca avaliadora e da mesma forma socializando os resultados da pesquisa.

No entanto, ressalta-se a importância dos procedimentos metodológicos para a efetivação da pesquisa. Sendo assim, posterior a exposição destes procedimentos os próximos itens irão apresentar os resultados da pesquisa, considerados as três questões norteadoras elencadas no início deste capítulo.

4.2 Processos sociais e particularidades das motivações das manifestações populares no ano de 2013

Para analisar as manifestações ocorridas no ano de 2013 no Brasil, bem como todos os fatores que a envolvem, é necessário primeiramente buscar quais foram suas motivações. Ressalta-se que nos três vídeos analisados foram apresentadas algumas motivações para que ocorressem as manifestações. Inicialmente o movimento foi marcado por ter sua partida com uma pauta que versava sobre a mobilidade urbana, como é evidenciada na fala da jornalista do V01:

A maior parte das pessoas que estavam lá eram estudantes. Mas eu também encontrei algumas pessoas mais velhas que estavam protestando por que... Algumas pessoas até disseram: “eu não ando de ônibus, mas a questão não é essa. A questão é protestar pelo transporte público é um direito de todos e em uma democracia a gente precisa lutar pelo direito de todos” (V01).

As divergências de posicionamentos e da ação dos manifestantes não eram gritantes em um primeiro momento. Havia uma parcela de manifestantes que usavam da ação direta⁶ como protesto, porém este ainda não ofuscava a direção das manifestações ou rompia com a densidade do movimento, considerando seus objetivos. Posteriormente a esse primeiro momento houve uma explosão de outras pautas acabando com sua unificação. Diante disso, quando se fala em motivações das manifestações ocorridas em 2013, não se pode desconsiderar o cenário político e social do Brasil. Embora o tema já tenha sido explanado no item 3.1, os aspectos sobre a conjuntura do país são importantes de serem retomados visando tornar mais claro o processo social que são as manifestações. Considerando que o Estado se organiza para atender os interesses do capital, as formas de interação com a sociedade civil são mediadas por este mesmo interesse. Com um cenário capitalista fortalecido, a vida social, as relações sociais apresentam a mesma lógica mercantil e coisificada.

Em tempos modernos, no auge do desenvolvimento do modo de produção capitalista, da tecnologia e da globalização, as relações sociais, os sistemas de governo e as políticas públicas apresentam-se peremptoriamente

6 Por ação direta entendem-se como os grupos que usam da força como forma de protesto. No entanto suas ações são direcionadas a instituições financeiras, forças de segurança dentro outros símbolos do capitalismo.

subsumidos totalmente ao apelo do capital e à barbárie capitalista “omnilateral e polifacética” (NETTO, 2010, p. 31).

Ou seja, quando se vive no Modo de Produção Capitalista, toda e qualquer ação ou processo social não se desprende do capitalismo. Muitas vezes as ações e os processos sociais têm interferências intencionais por agentes mediadores nas relações sociais, como é o caso do Estado através de seus governantes, políticas públicas e os seus órgãos representativos. Como se pode perceber de forma semelhante nos três vídeos analisados, além da violência policial que será abordada no decorrer do trabalho, as motivações, tanto dos manifestantes quanto de quem estava documentando as manifestações vinha de inquietações com a conjuntura atual do país neste segundo momento. Apesar do V01 abordar mais a violência dos policiais, com ênfase na experiência durante as manifestações de uma jornalista que foi atingida por uma bala de borracha no olho, nele estão presentes as motivações que versam sobre o desmonte de direitos, a não efetivação de políticas públicas, que são característicos dos preceitos neoliberais ainda presentes no país.

As motivações foram apresentadas nos vídeos através de depoimentos dos manifestantes e pessoas que documentavam ou possuíam algum envolvimento com as manifestações. No depoimento de um manifestante no V01 ele aborda sobre as motivações das manifestações: “me espanta a sociedade achar estranho um protesto que é a favor de uma causa pública [...] Todo mundo está pagando por isso aqui, inclusive a polícia” (V01). Tal explicitação pode ser qualificada como característica de uma sociedade onde há um estranhamento do ser humano em suas relações.

O processo de industrialização, mercantilização e globalização do capitalismo, sobretudo no que diz respeito à competitividade, à imediatividade, à lucratividade na e da vida social, são características constitutivas do individualismo exacerbado e violento, ou seja, da reificação da vida humana (VERONEZE, 2014, p.36).

Esse processo de não se reconhecer como outro ser humano que partilha os mesmos interesses tem relação com a moral orientada pela classe dominante. Essa orientação vem dos interesses econômicos capitalistas e acaba se reproduzindo no conjunto das relações sociais. Ou seja, a não submissão à ordem social regida moralmente pelos interesses da classe dominante é um fator que inviabiliza a sociabilidade. Esse processo tem total ligação com o fetiche de mercadorias e a alienação, onde o ser humano mantém suas relações coisificadas e esse processo

se torna natural. Essa relação se dá através do ponto central das relações no capitalismo, a mercadoria (ÁVILA, 2014, p.09).

Nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento do objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime, para as tentativas de compreender esse processo ou de se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar da servidão da “segunda natureza” que surge desse modo (LUCÁKS apud ÁVILA, 2014, p.10)

Marx (2006), ao problematizar a alienação e a reificação, salienta a existência de três níveis de alienação. O primeiro nível diz respeito à condição de pobreza do trabalhador ao mesmo tempo em que produz riqueza à quem o explora. O trabalhador se torna uma mercadoria, e seu valor também está atrelado a sua produção. Uma vez que o trabalhador produz mais, o mesmo torna-se uma mercadoria mais barata. Sendo assim, o trabalho assalariado não apenas cria objetos, ele é reproduzido através do trabalhador em condição de mercadoria na mesma proporção que produz bens como mercadoria.

O segundo nível diz respeito não mais a mercadoria como estranhada ao trabalhador, mas sim como uma força do produtor. Considerando que a objetivação do trabalho é o produto do trabalho transformado em um elemento físico, o trabalho alienado assume um outro caráter. O trabalho alienado corrompe com a gênese do trabalho humano e a sua objetivação está atrelada como uma servidão e ao mesmo tempo perda em relação ao objeto produzido.

Por último o terceiro nível de alienação diz respeito ao nível mais extremo, onde além do trabalhador não se reconhecer em seu produto, reproduz sua dominação. O trabalho torna-se uma mercadoria, e para obter o seu acesso é algo que necessita muito esforço do trabalhador. A distância entre trabalhador e objetivação do seu trabalho é aumentada considerando que quanto mais o trabalhador produz menos pode possuir. Nesta lógica, o próprio trabalhador assume a condição de dominado e à reproduz para ter acesso ao trabalho.

Considerando o exposto de reprodução e dominação da classe trabalhadora, ressalta-se que esta dominação também se materializa no campo ideológico. Há a

criação de um “agir burguês” que não condiz com a posição que grande parte da sociedade civil – explorada - se encontra. Onde não há o reconhecimento de que sendo trabalhador assalariado, independentemente de qual patamar financeiro a pessoa ocupa, os interesses são os mesmos, visto que os dois sofrem com a lógica capitalista, porém, o que os diferencia é o nível que esta lógica os atinge. Nesse sentido, muitas vezes, como no caso das manifestações, por mais que quem esteja se manifestando tenha o objetivo de melhorias para um bem comum, há a incriminação pela própria sociedade civil perante esses atos. Ou seja, não há uma classe unificada, ou melhor, não há um reconhecimento de uma classe.

Embora essas formas do capital estejam objetivamente submetidas ao processo vital do próprio capital, à extração da mais-valia na própria produção, elas só podem ser compreendidas, a partir da essência do capitalismo industrial, mas aparecem na consciência do homem e da sociedade burguesa, como formas puras, verdadeiras e autênticas do capital. Para a consciência reificada, essas formas do capital se transformam necessariamente nos verdadeiros representantes da sua vida social, justamente porque nelas se esfumam, a ponto de se tornarem completamente imperceptíveis e irreconhecíveis, as relações dos homens entre si e com os objetos reais, destinados à satisfação real de suas necessidades. Tais relações são ocultas na relação mercantil imediata. O caráter mercantil da mercadoria, o modo quantitativo e abstrato da calculabilidade aparecem aqui sob sua forma mais pura. (LUCÁKS, 2012, p. 210)

Dentro da própria lógica mercantil está disposta a resposta sobre a sociabilidade coisificada do ser humano moderno. Dentro desta mesma lógica está presente a “defesa capitalista” para que estas relações não se sobressaiam nitidamente a qualquer pessoa independentemente de suas particularidades sociais, econômicas e políticas. Há a valorização do individualismo o fomento a competição tornando a mesma classe trabalhadora munida de várias faces com diferentes níveis de alienação. Tal característica pode ser observada nas diferentes falas dos manifestantes no vídeo V03, onde apesar de os objetivos se assemelharem muito, a própria forma de manifestar são divergentes, como pode ser observado:

Vandalismo é uma babaquice, eu já nem gosto mais de falar disso aí. Isso é uma consequência de revolução. Quem não entende isso aí isso é porque não entende o conceito de revolução. [...] O plano é resistir, não atacar mas resistir e ir pra frente sempre. Revolução é isso. [...] Eu estou lutando aqui pelos 10% do PIB na educação e na saúde também. Assim como aqui em Fortaleza o aumento da frota de ônibus, a fiscalização da capacidade máxima dos ônibus que isso aqui não é controlado (V03).

o movimento tem uma consciência de estar depredando, de estar fazendo uma ação direta, ou desapropriando algo que é nosso. Então são as empresas, são os símbolos. A burguesia tem seus símbolos. As empresas, os bancos, seus patrimônios públicos como se diz. Então quando a galera vai pra essa ação, é uma ação que o Estado já vandalizou nós a 25 anos. Então, é uma reação da própria galera. Então, uns dizem que é a periferia, outros dizem que é partido, outros dizem que é a juventude... E você vê quando vai pra ação direta, vai todo mundo. Não tem um controle, ninguém controla isso (V03).

Vale salientar que neste trabalho não há a intenção de realizar uma análise discursiva, e sim uma análise de conteúdo. No entanto, a intencionalidade de comparar a fala de dois manifestantes é para discutir as divergências sobre as estratégias de resistência adotadas pelos mesmos. Na primeira fala, assim como de muitos outros manifestantes, fica clara a intenção de pacifismo do manifestante, porém não é abordada a relação do não ataque aos policiais por reconhecê-los como trabalhadores da mesma classe, a estratégia pacífica é apenas uma estratégia de resistência. Já no segundo depoimento, há inquietações sobre a legitimidade da propriedade privada e sobre a violência anteriormente sofrida pela sociedade civil através das ações do Estado. No entanto, percebe-se no segundo depoimento a ausência de resquícios de uma moral capitalista que foi anteriormente explanada. A divergência nas formas de agir dos manifestantes pode ser compreendida pelas diferentes roupagens assumidas pela classe trabalhadora no capitalismo.

A moderna sociedade burguesa que surgiu no declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições da classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar de antigas (MARX, 2008, p. 09)

Anteriormente, nos sistemas que antecederam o capitalismo, já havia uma sociedade estruturada em vários seguimentos de uma ordem hierárquica (MARX, 2008). No capitalismo não houve superação deste formato de sociedade, o declínio continuou. Apesar de em sua gênese haver o antagonismo claro, na materialização da dinâmica da sociedade é algo turvo aos olhos da sociedade civil. A densidade de quão turvo será essa materialização aos olhos da sociedade civil pode estar relacionado ao contexto sócio-histórico em que o indivíduo está inserido. Tal consideração pode ser explicitada na fala de outros dois manifestantes do V03: “Vândalo é o Estado que deixa a gente esperando na fila do SUS, deixa a gente sem Escola.” (V03); “É a verdadeira luta de classes. É o povo, a favela se apropriando

daquilo que está sendo colocado goela abaixo por eles.” (V03). Pode-se dizer que, as estratégias e a própria concepção sobre as manifestações pode estar relacionada ao nível de violência em que o indivíduo sofre cotidianamente. Esta violência não de modo direto, como em um campo de batalha, ou mesmo as situações ocorridas nas manifestações, mas a violência que é produzida pelo modo de produção Capitalista, a violência estrutural que pode ser conceituada como a “violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos” (MINAYO, apud ALMEIDA, COELHO, 2007, p.04).

O Estado como entidade que regula as relações de conflito entre as expressões do capital e a sociedade civil usa de estratégias para a manutenção e fortalecimento da dominação sobre a classe oprimida. Assim, de forma intencional, com ações paliativas e focalizadas, alguns interesses da classe dominada são atendidos com duas intencionalidades: há a necessidade para que a classe trabalhadora tenha plenas condições de vender sua força de trabalho, pois mesmo em um contexto de automatização e de um capital financeiro a mão de obra humana é imprescindível para qualquer produção, visto que as necessidades básicas são supridas através do próprio trabalho, embora no capitalismo este tenha condição de alienado; há também a necessidade de fortalecimento e manutenção da ordem burguesa vigente para o pleno funcionamento do Modo de Produção Capitalista. Uma vez que estas necessidades básicas não são atendidas, como ocorrem muitas vezes nas periferias, ocorrem processos de revolta, como podem ser evidenciado na fala de uma manifestante do V03:

Nós estamos aqui lutando pela nossa moradia. Por que quando foi pra ele pedir o voto pra gente, ele não escolheu quem era. Se era o cego ou se era o “alejado”, [...] ele não olhou. Então, agora nós queremos cobrar. Não é não? Estamos certos?(V03)

Ao mesmo tempo em que o ser humano que se encontra em um nível de **vulnerabilidade** elevado, onde nem o acesso aos mínimos sociais é garantido, há um processo de revolta e ao mesmo tempo de resistência. Neste aspecto é que o Estado irá intervir de forma diferenciada, uma vez que suas políticas não alcançam essa camada da população. Neste contexto que se explica o uso da força policial, que será aprofundada nos dois itens a seguir deste trabalho. No entanto, vale

ressaltar que o policial também é um trabalhador assalariado que possui seu papel na divisão sócio técnica do trabalho, porém, os objetivos de sua atividade não condizem com a classe no qual este trabalhador está inserido.

A humanização do homem é uma conquista histórica do gênero humano, o que inclui o enriquecimento dos seus sentidos; logo, também depende de sua apropriação de manifestações e exigências que possam motivar e ampliar suas capacidades de modo a se apropriar da riqueza humana. Quando os sentidos são aprisionados pela alienação, essas condições se estreitam, o que equivale a desumanização e ao empobrecimento de seus sentidos (BARROCO, 2010, p. 36).

Com todas as artimanhas para que os níveis de alienação e as relações de mercadorias, características das relações sociais no Modo de Capitalista sejam camufladas se torna muito difícil para que haja a humanização das relações. É muito difícil para que trabalhador que não tem uma função vital para o funcionamento do Estado romper com seus níveis de alienação. Para um policial que além de defender os interesses burgueses, possui treinamento militarizado e acrítico é muito mais difícil, havendo assim outra divergência entre a própria classe trabalhadora que pode motivar outros processos de revolta. Dando sequência à apresentação dos resultados da pesquisa, o próximo item irá problematizar as ações norteadas pela Política de Segurança Pública que foram adotadas diante das manifestações de 2013.

4.3 Ações norteadas pela Política de Segurança Pública diante destas expressões de resistência:

Assim como os objetivos dos manifestantes, a ação policial nas manifestações de 2013 teve um grande destaque. Ela foi caracterizada pela forma violenta de suas ações dotadas do uso abusivo da força pelos policiais. Para que se discuta a ação policial, primeiramente há questões que devem ser levadas em consideração. O trabalho não tem a intenção de culpabilizar o policial, visto que se entende que ele é um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho e responde a um órgão cujos interesses vão além das próprias ações destes trabalhadores.

A violência policial não é um fato isolado e nem deve ser considerado como uma característica de conduta de quem a comete. Ela é expressão de vários fatores intrínsecos da dinâmica da sociedade capitalista e deve ser analisada em um contexto amplo. Vale ressaltar como é compreendida a violência neste trabalho, visto que é uma categoria central na discussão das ações da polícia que são norteadas pela Política de Segurança Pública.

A violência pode ser caracterizada como uma ação, que empregada de força física ou não, vai de encontro com a natureza de outro ser ou grupo de seres visando sua destruição, almejando assim, uma sobreposição de ideologias através da força. É uma ação intencional que necessita de justificativas e formas de operacionalização, fazendo-a assim um conceito dotado de concretude, materialidade e possui fatores históricos (SILVA, 2004).

Nos vídeos analisados tiveram dois que mantiveram o foco na ação da polícia, que foram o V01 e o V03. Já o V02, além das ações da polícia também foram abordadas questões que versam sobre o sistema carcerário e penal, visto que os depoimentos no vídeo são feitos por manifestantes que foram presos por se envolverem nas mobilizações de 2013. Vale ressaltar que mesmo a ostensão de forma violenta ou até mesmo as prisões expressam um só objetivo, a menor atenção “nos serviços de proteção da sociedade e mais nas questões de defesa do Estado” (MEZZOMO apud RIBEIRO, 2011, p. 04). Quando se fala em segurança pública se deve questionar a quem esta segurança está servindo, ou para quem é esta segurança.

No V01, além de outras imagens que ilustram a ação da polícia, houve ênfase no depoimento e imagem de uma jornalista que documentava as manifestações de 2013. Também é relatado sua experiência e o acontecimento em que a mesma foi atingida por um tiro de bala de borracha em seu olho. No entanto, para discutir como se apresentam as ações norteadas pela Política de Segurança pública é válido retomar os conteúdos dos vídeos. Seguem alguns trechos das falas dos sujeitos envolvidos de alguma forma nas manifestações que explanam como eram as ações da polícia nesses dias de mobilização popular.

A primeira prisão que foi feita foi no protesto de terça feira e foi do meu lado. Aconteceu com um ciclista que não estava participando da manifestação. Jogaram ele na grama com a cara e ele gritava: “Socorro eu não consigo respirar!” (V01).

Na quinta feira foi selvageria. O trânsito parou, os manifestantes começaram a correr para o meio dos carros e a polícia estava atirando bomba e bala de borracha no meio dos carros, com gás lacrimogênio. Gerou um clima de pânico. Tinha gente que não tinha a ver com o protesto e estava ali no meio cheirando gás lacrimogênio. Na quinta eles foram mais armados. Na quinta você tem fotos e vídeos de policiais jogando spray de pimenta na cara de fotógrafos que estavam trabalhando (V01).

Quando a gente estava subindo a Augusta a gente deu de cara com o choque. Bem nessa hora apareceu uma senhora me pedindo ajuda porque ela precisava chegar até a paulista. Eu falei: “Moça, está perigoso agora, o choque está na rua, você pode se machucar, entra aqui nesse estacionamento.” Ela entrou e eu fiquei olhando pra ver o que o choque ia fazer por que não tinham manifestantes na rua. Ninguém estava jogando pedra neles. Foi quando um desses policiais veio um pouco mais pra frente de onde estavam as pessoas com escudo e ele apontou a arma pra mim. Aquilo tinha acontecido algumas vezes naquele dia, então eu não imaginei que ele fosse atirar em mim, mas ele disparou (V01).

O V02 fala sobre prisões arbitrárias de três pessoas que documentavam as manifestações, o que pode ser observado nos depoimentos a seguir:

Todo mundo não chegou a esperar que houvesse aquele cerco da forma que foi. Eu acabei ficando por que eu queria registrar o momento e acabei ficando no cerco. Eles fecharam e não teve mais como eu sair. Teve uma hora que eu fui sentar que um dos PMs me levantou e pediu pra revistar minha mochila. [...] Eu tirei tudo e mostrei que eu era fotógrafo, mostrei minha lente, mostrei minha câmera. Assim que eu levantei para fazer essa revista, o coronel do Bope chegou e me jogou no chão e me pediu pra ficar sentado. Nessa hora ele começou a separar as meninas dos meninos. [...] Eu fui logo no primeiro ônibus. [...] começaram a chamar todo mundo pra fazer o “sac” e ver se tem alguma passagem pela polícia. E nisso a gente foi pra uma outra sala lá em cima da delegacia pra fazer um registro que eu achei meio absurdo. [...] Chegou de manhã a gente voltou para a primeira sala que a gente foi e começou a fazer aquele procedimento com aquelas fotos de altura, de lado e tudo mais. [...] Depois pegaram todo mundo e levaram pra dentro e assinamos uma outra causa lá como se fosse um assinado de culpa, que fomos autuados em flagrante, pelos artigos de incêndio, roubo a mão armada, crime a segurança nacional e dano ao patrimônio público. [...] Começou a colocar todo mundo algemado dentro do camburão [...] todo vedado de metal, com dois corredorezinhos dentro da van do camburão deles. Ali foi meio que desumano, porque foram vinte dentro dessa traseira do camburão. Ali era algo extremamente desumano, porque era muito apertado, não tinha ventilação, escuro (V02).

Eles vieram com um mandato de busca e apreensão a fim de coletar materiais, computadores, celulares tudo. Isso 06h da manhã. Eram aproximadamente oito policiais fortemente armados. Minha família estava dentro de casa foram pegos de surpresa como se eu fosse um criminoso e tivesse cometido algum delito, alguma coisa contra a nação contra a sociedade brasileira (V02).

Eu fazendo o vídeo documentário, comentando ali os gringos, as pessoas os manifestantes, eu cheguei até a parte da polícia. [...] Eu nem queria me manifestar aquele dia. E como tinha aquele cordão de isolamento eu comecei a ficar meio chateado e acabei virando também manifestante e filmando o documentário [...] até o momento que eu fiquei muito “bolado” e

acabei empurrando a grade lá, e nesse momento eu fiquei lá na frente, porque até então eu não tinha feito nada de errado, eu só empurrei a grade, não briguei com ninguém, voou um coquetel molotove, passou do meu lado assim, explodiu na minha direita e eu já fiquei inconsciente ali. [...] Quando eu olhei pra rua não tinha mais ninguém, só tinha o choque, a polícia toda na rua e eu voltei de novo porque eu não aceitei esse fato de eles generalizarem esse fato de que alguém jogou alguma coisa e culpar todo mundo e colocar todo mundo pra correr. [...] Nisso veio um policial e colocou a mão no meu braço, eu nem sabia o que ele ia fazer, se ele ia me bater e nisso veio um monte de cara me batendo e eu saí correndo. Nisso já tinha cara me batendo e eu sem saber o porque estavam me batendo, eu não entendi nada. [...] Eu senti o pessoal dando choque nas minhas costas, senti bala de borracha nas minhas costas [...] nisso que eu ia me entregar jogaram uma bomba no meu lado esquerdo (V02).

No V03 são abordadas as manifestações em Fortaleza, Ceará. Seguem alguns trechos que ilustram como foi a ação policial neste local: “tem que ser pacífico, mas a polícia está indo pra cima da gente ‘metendo’ bala de borracha.” (V03); “Impressionante, a polícia bate em cidadão aqui no Ceará. Os bandidos que estão aí matando, roubando, os bandidos que estão aí no senado ninguém vê a polícia bater.” (V03); “Que coincidência! Sem polícia e sem violência!” (V03)

Violência é o spray de pimenta que eu estou sofrendo aqui agora.” (V03). “Estou morando a dois anos aqui e eu fui pra o primeiro protesto com uma consciência de paz, pacífico. Com uma ideia de que o policiamento do pessoal do Ceará, da segurança ia entrar junto com o povo nessa luta. Que não seja pra não atrapalhar, pra dar um apoio. Pra assegurar a nossa segurança, que é pra isso que eles existem. E na verdade, quarta-feira depois de 16 balas meu conceito mudou um pouco. Percebi que a gente não pode contar com ele (V03).

Diante dos relatos dos manifestantes dos três vídeos, que de alguma forma foram atingidos pela ação da polícia, se torna nítida a semelhança na reação do Estado diante de movimentos de resistência, mesmo que os depoimentos sejam de pessoas de estados diferentes. Sendo assim, se faz importante elencar algumas ponderações sobre qual é a legitimidade dessas ações. Ressalta-se que a polícia tem autorização e o monopólio sobre o uso da força, com fim de manter a ordem e a “segurança”. Os critérios que regulam estas ações não são da própria polícia, são através de acordos internacionais (NETO, 2013). Ainda sobre a regulação desta força:

Estes critérios determinam, por exemplo, primordialmente no desempenho da atividade policial, o uso mínimo da força, ou seja, a utilização da força mínima necessária para levar a cabo uma missão lícita de preservação da ordem pública, bem como a legitimidade necessária prevista em uma ação

que tem como objetivo a proteção do estado de direito, e a certeza que, agindo, a Polícia Militar seja parte da solução e não do problema, demonstrando que o uso da força não se confunde com violência, haja vista ser esta uma ação arbitrária, ilegal, não legítima (NETO, 2013).

Estas considerações de Neto (2013) se chocam com o conceito de violência abordado por este trabalho. No entanto, vale ressaltar algumas questões históricas e características de onde são constituídos estes critérios que regem as ações policiais. Sendo assim, no Brasil é através do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos (1966) que são regulados os avanços para que o uso da força em eventos de contraversão a ordem sejam de exercidos pela polícia de forma branda. Apesar de este pacto ser do ano de 1966, período em que o país vivia uma ditadura militar, o mesmo pacto só foi promulgado no ano de 1992, através do decreto Nº 592 na data de 06 de julho deste ano (BRASIL, 1992).

De acordo com o Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos (1966), é apenas reconhecido o direito de reunião pacífica à sociedade civil uma vez que este não desobedeça “ordem de segurança nacional, da segurança pública ou da ordem pública ou para proteger a saúde e a moral públicas ou os direitos e liberdade de outrem” (BRASIL, 1992). No entanto, há legitimidade para ser combatido através da força qualquer evento que seja compreendido como contraversão a ordem. Além disto, se destaca a defesa da moral neste pacto, uma moral regida por interesses burgueses, aspecto este já discutido no item anterior. Além disto, como nos casos do uso abusivo da força policial presente no V01 e V03 e as prisões arbitrárias no V02, existe outro fato que às legítima, a presunção de legitimidade de qualquer funcionário público. A presunção de legitimidade pode ser conceituada como:

[...] um atributo universal aplicável a todos os atos administrativos e atos da Administração. Importante destacar que se trata de uma presunção relativa (*juris tantum*), podendo ser afastada diante de prova inequívoca da ilegalidade do ato. Por óbvio, o ônus de provar o eventual defeito incumbe a quem alega, isto é, cabe ao particular provar a existência do vício que macula o ato administrativo. Daí afirmar-se que a presunção de legitimidade inverte o ônus da prova, não cabendo ao agente público demonstrar que o ato por ele praticado é válido, e sim ao particular incumbe a prova da ilegalidade (MAZZA, 2012 p.1187).

Em outras palavras, uma vez que um funcionário público, no caso os policiais, acusarem o cidadão de cometer algum crime⁷, até que se prove o contrário serão tomadas as medidas administrativas como se estes realmente tivessem cometido essa transgressão à lei. Logo, há legitimidade as ações policiais arbitrárias, tendo a veracidade assegurada destas medidas por outros órgãos que circulam pela área da Segurança pública, como os órgãos do sistema sócio jurídico. Logo, quando se ouve falar que “a palavra de um policial vale mais que de um cidadão” não é algo errado. Porém, não se deve compreender essa ação como um fato reduzido a um dizer popular. Deste modo, essa expressão tem um caráter verdadeiro e expressa a própria organização verticalizada adotada pelo Estado ao exercer suas regulações. Logo, não é necessário que o cidadão tenha transgredido alguma lei para que seja punido, como é apresentado nos três vídeos analisados através de prisões arbitrárias, tiros desnecessários ou medidas abusivas. Além disso, se o indivíduo for punido cabe a si provar ao contrário de sua culpa.

Segundo Oliveira e Tosta (apud GUIMARÃES, TORRES E FARIA, 2005), “para combater a criminalidade é necessário que a instituição policial expresse confiança e respeito social” (p. 264). Esta ideia defendida por esses autores se assemelha com as ações apresentadas nos três vídeos analisados. Porém, isto é implementado através de ações violentas e ainda legitimada por políticas que às regulam. Ainda sobre a ação policial, segundo Neto (2013), o uso da força ou de arma de fogo pelos policiais é uma questão funcional e a adoção por métodos que usem desta força deve ser algo excepcional respeitando princípios de legalidade, necessidade, proporcionalidade e razoabilidade. Mas, mesmo que haja critérios para a ação dos “funcionários responsáveis pela aplicação da lei” (NETO, 2013) dispostos nos pactos internacionais, esses critérios não são desprendidos de uma moralidade e nem são direcionados à sociedade civil, pois seriam necessários objetivos elaborados com uma análise ampla com foco aos interesses populares.

Porém, este pacto possui certo nível de relevância, uma vez que direciona como pode e a quem pode ser focalizada a ação policial, mas não responde uma proteção ao direito amplo do cidadão de se manifestar. Tal aspecto pode ser ilustrado através da prisão de um manifestante que divulgava vídeos das

⁷ Como é no caso de V02 em que os indivíduos que documentavam as manifestações e de certa forma também participaram das mesmas, foram acusados de crimes como roubo a mão armada, formação de quadrilha armada, incitação à violência, entre outros.

manifestações em uma página de uma rede social presente no V02. Estes vídeos mostravam a realidade das manifestações e falavam sobre as estratégias de um grupo que usava da ação direta para se manifestar, os BlackBlocks. Sendo assim, as ações por parte da polícia podem ser consideradas violentas, visto que se compreende que a violência:

[...] age contra a liberdade, contra a vontade e contra a espontaneidade do ser violentado, uma vez que brutaliza, coage, constrange e viola sua natureza, tratando seres racionais e sensíveis como objetos a serem manipulados pela intimidação, pelo medo e pelo terror. Isso, sem dúvida, expressa uma determinada forma de poder [...] (CHAUI apud SILVA, 2004 p. 61).

Mediante o exposto, se entende que as ações que versam sobre a segurança pública, como as da polícia e dos órgãos que correspondem ao sistema sócio jurídico não são implementadas em uma lógica horizontal. São valorizadas as ações coercitivas com fins reguladores. As situações cotidianas são compreendidas através de fatos isolados, onde ações focalizadas são adotadas pelo Estado para manutenção dessa ordem na qual o mesmo media. A partir das explicitações de como são as ações norteadas pela Política de Segurança Pública, o próximo item deste trabalho terá a finalidade de compreender a natureza dessas ações, visto que, este não tem um caráter culpabilizador, e sim, visa compreender as situações de violência como expressão de uma sociedade marcada pelo antagonismo das classes.

4.4 Sobre a natureza das ações da política pública de segurança pública, considerando estas expressões de resistência

Considerando as motivações que desencadearam as manifestações populares no ano de 2013, bem como a reação do Estado perante estes eventos, cabe neste item buscar compreender qual é a natureza destas ações. Vale ressaltar que alguns aspectos foram explanados nos itens anteriores, pois não há como analisar um processo social de forma crítica sem levar em consideração suas determinantes.

Primeiramente, com fim de tecer a análise da natureza ou de onde vem estas ações, se faz importante retomar o conceito de política pública presente no item 2.2

deste trabalho. Entende-se como política pública “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” (LYNN apud SOUZA, 2006, p.24), uma vez que as políticas transitam “no âmbito da regulação e reprodução social, estabelecendo outros mecanismos sociopolíticos e institucionais na relação entre capital, o trabalho e o Estado” (ALMEIDA, ALENCAR, 2011, p.44). Vale ressaltar ainda, os interesses do Estado nessa relação, que “com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno” (MARX, 2008, p. 11). Ilustra-se esta linha de raciocínio com o depoimento de um dos sujeitos presentes no V02:

A gente tem que batalhar muito pra chegar a uma verdadeira democracia, porque essa democracia é de “mentirinha”. [...] Ela só existe na cabeça dos alienados que estão em casa ali vendo a novelinha da rede globo, vendo o noticiário Jornal Nacional, e achando que se um dia eles precisarem do poder, do governo, eles vão ter alguma coisa. Eles não vão ter! Se eles forem presos com arbitrariedade como está acontecendo com os manifestantes, o poder vai ficar do lado da polícia. Vocês vão ficar presos. Não acreditem no poder, o poder está na rua. (V02)

Sabe-se que a plena democracia não é possível em um sistema capitalista, visto que a exploração e o conflito entre as classes são características nucleares neste sistema. Logo, abranger um interesse de uma maioria é uma utopia uma vez que o Modo de Produção Capitalista se baliza no interesse de uma minoria. Porém, vale-se usar da caracterização de Estado feita por um defensor da plena democracia para elucidar as formas de ação do Estado através de seu governo: “o estado é uma associação singular, cujo governo possui uma extraordinária capacidade de obter obediência a suas regras pela força, pela coerção e pela violência, entre outros meios” (DALHL, 2011, p.57). Sendo assim, se reitera a afirmação do manifestante de viver em uma “democracia de mentirinha”, uma vez que a condição de subalterno do trabalhador é mais que reafirmada por um sistema e seus “aparelhos de opressão”. Porém, quando o manifestante se refere ao poder ficar do lado da polícia, na realidade a relação é contrária. A própria polícia defende os interesses do poder, sendo que esse poder a concede “um direito de se fazer obedecer, aquele que tem por encargo fazer respeitar as leis, ou representante do poder público” (TOSTA apud GUIMARÃES, TORRES, FARIA, 2005, p. 281) exercendo um papel de manutenção da ordem.

Diante disso, se pode compreender a função da polícia, sendo esta, órgão norteado pela Política de Segurança Pública que teve maior ênfase nos vídeos analisados. Ressalta-se ainda, que a polícia ostensiva no Brasil segue uma doutrina militar, sendo esta conceituada como “conjunto de conceitos básicos, princípios gerais, processos e normas de comportamento que sistematizam e coordenam as atividades das Forças Armadas na nação”(BRASIL, 2003, p. 84). Ou seja, há um manual do “agir militar” que as policias militares ou brigada militar⁸ seguem no país o que reafirma o caráter de proteção de uma ordem através das ações policiais.

Há um padrão hierarquizado nessa relação, onde o soldado, assim como trabalhador de uma esteira de produção, apenas repete um movimento que vem a ele através de uma linha vertical, inquestionável, alienante e repetitiva. Sendo assim, vale salientar que o objetivo do trabalho não é culpabilizar o trabalhador assalariado em condição de subordinado. O que pode ser evidenciado no depoimento de um ex-capitão da Rota⁹ na cidade de São Paulo:

A tropa de choque não foi feita pra dialogar. Isso você tem que chamar psicólogos, sociólogos. Não é a tropa de choque. A tropa de choque não dialoga, não é pra dialogar. [...] Primeiro: você tem que colocar a tropa ideal para estas ações, que é a tropa de choque, que o próprio governo PT¹⁰ e PSDB¹¹ mas é a real. Nós fomos treinados pra isso. (V01)

Diante da fala do ex-capitão, se torna claro a relação subordinada que o mesmo expressa. É como o dizer popular de “ser apenas o meu trabalho”. Apesar de não partir de uma perspectiva factual, é fato que o policial cumpre ordens. Essas ordens que não são questionadas e nem tem condições de ser questionado pelo próprio formato hierárquico desse instrumento de proteção do Estado. Sendo assim, até mesmo a proteção do Estado é arraigada das balizas capitalistas, onde esta:

[...] dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a de comércio. Em uma palavra, no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada direta e seca (MARX, 2008, p.12).

⁸ Nome dado a Polícia Militar no estado do Rio Grande do Sul.

⁹ Nome dado a Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) que é uma tropa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

¹⁰ Partido dos Trabalhadores.

¹¹ Partido da Social Democracia Brasileira.

Embora todos os serviços de proteção tenham um apelo de honra entre outras qualificações que parecem enaltecer a atividade humana, é apenas da defesa uma moral antes regida pela religião agora regida pelos valores de troca. O trabalhador acaba se inserindo na lógica mercadológica vendendo sua força de trabalho, e nesse caso, atendendo ainda objetivos muito mais distantes do que os da sua real classe. Assim, se pode compreender outro processo que é a própria revolta com a ação da polícia, como pode ser explícita nesse trecho do V03: “Tem vários grupos, o pessoal revoltado com tudo, com todas as impunidades, com a truculência da polícia também, que a polícia aqui de fortaleza é muito violenta.” (V03), gerando assim outro processo social, que é a reprodução da violência.

Diferentemente da violência praticada pelo Estado inerente ao sistema capitalista, a violência reproduzida pela sociedade civil é muito mais uma expressão de resistência do que uma violência com intenção de dominação. Quando um jovem é questionado sobre o porquê de jogar pedra na polícia é defendido por ele que:

[...] toda vez que a gente vai pra jogo eles metem bala na gente sem a gente fazer nada. A gente tem que reagir também, né? [...] Já levei um bocado de tiros de borracha por que eles chegam e já saem atirando. [...] Se eles forem na paz a gente vai ficar aqui na boa. Eles não estão preparado ali, todo armado? A gente também tá preparado. (V03)

Para além de ser um processo de resposta à relação Estado x sociedade civil, se entende que a reprodução da violência também é expressão de um formato de Estado moderno que “não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX, 2008, p. 12). Ou seja, é a resposta a um Estado que não atende interesses populares e surge a partir da sociedade civil para apaziguar esta relação conflituosa. E ainda, como diz Frederico (2010, p. 19), “os poderosos setores da sociedade civil conseguem capturar o poder estatal para usá-lo como extensão de seus interesses particulares (que são sempre apresentados como se fosse o interesse universal de toda a nação), explicando como é o caso de muitos trabalhadores estarem reafirmando interesses que não condizem com sua classe.

Vale ressaltar ainda que pelo formato democrático representativo faz com que o Estado fique muito mais distante do atendimento aos interesses populares. Mesmo havendo um governo desse Estado que tenha um cunho popular, o próprio

capitalismo carrega em si relações que vão além das fronteiras do próprio país. Salienta-se que:

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Ela aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. Resultou daí a centralização do poder político. (MARX, 2008, p.16).

Em um país de capitalismo tardio como o Brasil que está longe de ser um grande centro capitalista, há a relação de subalterno do próprio Estado aos demais Estados que dominam as relações comerciais internacionais. Uma vez que o estado surge da sociedade civil mas os indivíduos não exercem diretamente o poder de decisão e direcionam esse poder para esfera estatal (FREDERICO, 2010, p. 19), esfera esta que já está em condição de subalterno nas relações internacionais, a sociedade civil acaba por ser subalternizada por um Estado que já está nessa condição subalterna. É uma reprodução de subalternização.

Nesse sentido, compreende-se que a conservação do status quo pela força, pela violência e pelo autoritarismo também é uma expressão de um sistema opressor que se municia de diversas artimanhas para se defender. Sendo assim, além da retificação da forma de produção, há também o embate direto a processos sociais que se chocam aos seus interesses, como são as ações violentas as manifestações de resistência ou qualquer outra atividade que comprometa a ordem social regida também através de uma moral burguesa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como ponto de partida uma indagação, e através desta, juntamente com leituras e a própria pesquisa documental houve a aproximação com a realidade dos movimentos populares no Brasil e as respostas do Estado perante esses processos sociais. Este questionamento foi: “Como se deu a intervenção norteada pela Política de Segurança Pública diante das expressões de resistência que ocorreram na sociedade brasileira durante as manifestações ocorridas no ano de 2013?” Diante disso, foram elencadas algumas questões sobre a sociedade brasileira apresentadas no capítulo 4 visando assim, responder este problema. No entanto, vale retomar algumas características do Brasil com fim de elucidar as discussões finais deste trabalho.

Para compreender as manifestações populares do ano de 2013 é importante retomar alguns aspectos sobre a contextualização histórica do Brasil. Porém, antes de iniciar sobre esses aspectos históricos se faz necessário frisar o conceito de Estado usado neste trabalho bem como sua relação com a sociedade civil, sendo esta toda a interação dos indivíduos em determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. O Estado é fruto das contradições existentes na sociedade e advém dos interesses antagônicos das classes e surge através da sociedade civil como estabilizador para os conflitos existentes. Ressalta-se que a sociedade civil não é uma propriedade do Estado, e sim um sujeito.

Assim como o surgimento do Estado, a relação entre a sociedade civil com o mesmo é mediada pela economia capitalista da sociedade burguesa. Reafirma-se a influência da base econômica e material como ponto central para compreensão das relações dentro da sociedade capitalista. No entanto, chega-se ao ponto central para à resposta do Estado perante os processos sociais no qual o mesmo precisa intervir. Esta interação entre Estado e sociedade civil é realizada através de políticas sociais públicas com intuito de intervenção e/ou manutenção da ordem na qual este Estado se vincula. Esta vinculação não está relacionada à intencionalidade do Estado como se este fosse uma personalidade isolada, mas sim aos seus fatores históricos que os posicionam nas relações capitalistas a nível mundial.

A formação sócio histórica brasileira, de um capitalismo tardio onde a economia tem sua base no setor agrário exportador, reafirma a relação de

subalternidade do Brasil perante aos países de capitalismo avançado. Embora tenham havido fomentos de industrialização do país, como na “Era Vargas”, não é o suficiente para romper com as sua gênese histórica. Estas características tem influência sobre a dinâmica da sociedade dentro do país, no que compete aos direitos sociais e civis, implementação de políticas sociais públicas entre outros aspectos que são de competência do Estado.

O Brasil, “país do direito concedido”, carrega em si muito mais um histórico de concessões do que de lutas. Sem desmerecer os movimentos sociais brasileiros, bem como as suas conquistas e sua relevância, os avanços de direitos no país foram muito mais carregados de intencionalidade de manutenção da ordem pelo Estado do que propriamente uma conquista da classe explorada. Como já explanado, isto se justifica pela própria particularidade de subalternização do país de capitalismo atrasado que também sofre com a relação do capitalismo moderno desorganizado.

O país possui um histórico de governos que expressam a relação que ocorre entre países de capitalismo desenvolvido x países subalternos. Há implementação de políticas sociais públicas minimalistas e focalizadas. Ressalta-se ainda o período ditatorial de 20 anos, no qual, de forma mais incisiva, foi reafirmado interesses de uma minoria elitista. A “luz” para a inversão destes modelos de governo ocorreu com a constituinte de 1988. Em si, A Constituição Federal de 1988 dispõe grandes avanços enquanto direitos sociais e políticos, sendo ela um marco na sociedade brasileira. Porém, nos anos de 1990 a gênese histórica não foi nada mais que reiterada com a adoção dos preceitos neoliberais de achatamento do Estado e fortalecimento do mercado privado.

Além do Estado não atingir de uma forma satisfatória os interesses da classe trabalhadora, com o seu achatamento isso se agravou. Apesar de no ano de 2002 o país ter iniciado uma proposta dita neodesenvolvimentista que romperia com essa característica, isso não se implementou. Entende-se que o não atendimento das reivindicações da classe trabalhadora por ausência de políticas públicas com atendimento amplo é uma das motivações para os processos de resistência no país. Porém, esses processos de revolta são marcados pelas características do Brasil onde os interesses de uma mesma classe fragilizada se divergem.

Ressalta-se a intensificação de um ataque neoliberal vivenciado pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. A abrupta redução de direitos e a forte presença de ações dotadas de intolerância e preconceitos. O Estado intervém nas expressões da questão social através de controle, caracterizando a militarização da vida, da polícia e das políticas. O grande foco dessas ações arbitrarias são as camadas mais oprimidas, onde a pobreza e qualquer afronta à ordem do capital é tratada como crime (CFESS\CRESS, 2015).

As ações do Estado perante esses processos de resistência nas manifestações de 2013 não se diferenciam de sua forma de atendimento de outras necessidades da classe trabalhadora. Também é atendido de forma focalizada e minimalista, porém com o agravante da violência explícita, como pode ser percebido nos vídeos analisados. Retoma-se a uma forma de ação retrograda e desumana, uma vez que o Estado não atende os interesses e necessidades da classe trabalhadora através de suas políticas públicas, gerando assim processos de resistência. Ao mesmo tempo, o Estado através de uma outra política pública, a de segurança, se usa da repressão para remediar estes processos sociais. Em outras palavras, a gênese das políticas públicas não se diferencia, apenas são uma expressão da forma de ação do Estado de acordo com sua gênese.

Sendo assim, “o proletariado age de acordo com a lógica do mundo burguês ao reivindicar um melhor preço pela sua mercadoria (a força de trabalho) e não o fim da ordem burguesa” (FREDERICO, 2010, p. 25). Decorrente dessas diversas formas de proteção de uma ordem, as reivindicações giram em torno de pleitos que versam sobre os mínimos\ básicos sociais galgando assim viver um “capitalismo melhor”. Se reivindica maneiras de viver um capitalismo de melhor forma e obter condições para vender a força de trabalho. Há reafirmação de interesses que não condizem com a classe trabalhadora e qualquer processo social que desencontre esta lógica é reprimido, como no caso das manifestações de 2013, através da violência explícita.

Por fim, é importante destacar que o desenvolvimento da pesquisa e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso foram fundamentais nesse processo de síntese da formação acadêmica, possibilitando o debate a cerca do objeto de trabalho do Serviço Social, ou seja, a questão social. As discussões apresentadas no decorrer do trabalho evidenciaram a importância das categorias do método dialético crítico, na análise e reflexão sobre as manifestações de 2013. Percebe-se também a importância da categoria profissional se apropriar mais do debate acerca

das manifestações sociais, reconhecendo suas múltiplas determinações e as possibilidades interventivas ali presentes.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Natália Kelle Dias. COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A violência estrutural**. Rev Unipar. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica 2007; 11(1): Páginas 1-11. Disponível

em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/323/270>>
Acesso em: 07 de novembro de 2016.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, Giovani. **Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil**. São Paulo, 02 de dezembro de 2013. Disponível em:

<<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>> Acesso em: 05 de setembro de 2016a.

ALVES, Giovani. **O mal-estar do neodesenvolvimentismo**. São Paulo, 27 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>> Acesso em: 05 de setembro de 2016.

ALVES, Giovani. **Os limites do neodesenvolvimentismo**. São Paulo, 22 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>> Acesso em: 06 de setembro de 2016b.

ALVES, Giovani. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009. p 188-19)

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas (SP): Autores Associados, 2004.

ÁVILA, Lívia Neves. **Sociedade capitalista contemporânea: a negação da consciência de classe e os rebatimentos na luta de classes**. Lívia Neves Ávila. MARX 2014| Seminário Nacional de Teoria Marxista – Uberlândia, 12 a 15 de maio de 2014. Disponível em:

<<http://www.seminariomarx.com.br/eixo02/Sociedade%20capitalista%20contempor%C3%A2nea.pdf>> Acesso em: 06 de novembro de 2016.

BALDI, Luiz Agostinho de Paula. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo**. Rev. katálysis vol.15 no.2 Florianópolis July/Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200005> Acesso em: 09 de abril de 2016.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; Boschetti, Ivonete. **Capitalismo, Liberalismo e a Origens da Política Social**. In: ____ Política Social: fundamentos e história. 2º ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A Particularidade Histórica da Pesquisa no Serviço Social. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS04.pdf> Acesso em: 23 de novembro de 2016.

Brasil. Decreto Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992. Ator internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm> Acesso em: 09 de novembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de campanha: glossário de termos e expressões para uso no exército** (C 20-1). 3. ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2003. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/DanielFXA/manual-de-campanha-glossario-de-terminos-e-expresses-para-uso-no-exrcito-c-201>> Acesso em: 12 de novembro de 2016.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011. p. 59-67

CFESS\CRESS. **Pelo direito à luta e resistência: contra a militarização da vida, da política e da polícia**. Carta 44º Encontro Nacional CFESS\CRESS. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CARTA_RJ-FINAL-REVISADA.pdf> Acesso em: 20 de novembro de 2016.

COSTA, Gilmaída Macedo da. **Crise Capitalista e Questão Social na Contemporaneidade**. Revista RET- Rede de Estudos do Trabalho, v. 3, n. 6, 2010. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/5RevistaRET6.pdf>>

COSTA, Carolina Rodrigues. SIMIONATTO, Ivete. **Estado, luta de classes e política social**. in Políticas públicas [recurso eletrônico]: definições, interlocuções e experiências / org. Mara de Oliveira, Sandro Trescastro Bergue. – Dados eletrônicos. Caxias do Sul, RS : Educs, 2012. p. 11-26. Disponível em <http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/livros/POLITICAS_PUBLICAS_EDUCS_EBOOK_2.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2016.

COUTO, Rojas Berenice. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira : uma equação possível?** \ Berenice Rojas Couto. – 2 ed. – São Paulo : Cortez, 2006.

CUNHA, Cibele Dória. **A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO POLÍTICA SOCIAL: A experiência da política de Prevenção à Criminalidade no Estado de Minas Gerais**. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 2011?: Belo Horizonte- MG. CRESS, 2011?. P. 1-24.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** / Robert A. Dahl: tradução de Beatriz Sidou. - Brasília : Editora Universidade de Brasília. 2001. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/radsad.pdf>> Acesso em 12 de novembro de 2016.

DEPUIS-DERI, Francis. **Black Blocs: baslesmasques. Mouvementsdesidésetdesluttés**, 2003, nº 25, p. 1-12.

Frederico, Celso. **Nas trilhas da emancipação. In. MARX, Karl. Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução** \ Karl Marx ; Tradução de Lúcia Ehlers. – 1.ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2010.

GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas**. SP: Veras, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. – 5. ed. – 8. reipr. – São Paulo : Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil : movimentos sociais, ONGs e redes solidárias** / Maria da Glória Gohn. – 2. ed – São Paulo, Cortez, 2008. – (Coleção Questões de Nossa Época ; v. 123) .

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais : paradigmas clássicos e contemporâneos**. / Maria da Glória Gohn. – 5. ed – São Paulo, Loyola, 2006.

GUIMARÃES, Juliany Gonçalves. TORRES, Ana Raquel Rosas. FARIA, Margareth R. G. V. de. **Democracia e violência policial: o caso da policia militar**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 263-271, mai./ago. 2005. Acesso em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a13> > Acesso em: 09 de novembro de 2016.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade : trabalho e formação profissional** \ Marilda Villela Iamamoto. – 23. ed. – São Paulo, Cortez, 2012.

KELLER, Rene. OLIVEIRA, Mara de. RODRIGUES, Isabel Nader. **Concepções de bem-estar a partir de prismas diferenciados de análise**.in Políticas públicas [recurso eletrônico]: definições, interlocuções e experiências / org. Mara de Oliveira,

Sandro TrescastroBergue. – Dados eletrônicos. Caxias do Sul, RS :EducS, 2012. p. 41-80. Disponível em <http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/livros/POLITICAS_PUBLICAS_EDUCS_EBOOK_2.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2016.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, 1870-1924/ **O Estado e a revolução**. Introdução: Francisco Máuri de Carcalho Freitas – Campinas, SP: FE: UNICAMP, 2011.

LOPES, Brenner.AMARAL. Jefferson Ney, CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas** / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008.

LIMA, J. A.F. **As políticas públicas de Segurança no Brasil**, 2010. Disponível em:<http://www2.forumseguranca.org.br/node/22982>. Acesso em 19 Abr 2011.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista** \ Karl Marx, Friedrich Elgels. --- 1.ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo** / Alexandre Mazza. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: < file:///C:/Users/Asus/Downloads/Manual-de-Direito-Administrativ-Alexandre-Mazza.pdf> Acesso em: 10 de novembro de 2016.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

NETO, Estevam Alves Moreira. **Sobre a Sociedade Civil em Hegel, Marx e Gramsci**. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, ISSN: 2177-9503, 2010, Londrina, Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, GT 8. Marx e marxismos latino-americanos, São Paulo, 2010, p. 39 – 47.

NETO, Massiolon de Oliveira e Silva. **Atuação da PM nas manifestações populares**. 2013. Disponível em: <<http://massilloneto.jusbrasil.com.br/artigos/121935044/atuacao-da-pm-nas-manifestacoes-populares>> Acesso em 09 de novembro de 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx/** José Paulo Netto. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie.** Texto da comunicação de José Paulo Netto na seção temática: “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie”, no III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Sepre, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010. Disponível em: <pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf> Acesso 06 de novembro de 2016.

_____ Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social.** São Paulo, Cortez, 2000.

PRATES, Jane. **O Planejamento da Pesquisa Social.** Revista Temporalis, nº 7, Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

PUJOL, Antoni Francesc Tulla i, ROCHA, Fernando Goulart. SAMPAIO, Fernando dos Santos. **Manifestações populares no Brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político.** XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Antoni%20Francesc%20Tulla%20i%20Pujol.pdf>> Acesso em: 26 de outubro de 2014.

RIBEIRO. Lucas Cabral. **História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul.** In Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Páginas 1-21. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007_ARQUIVO_textoANPUH.pdf> Acesso em 09 de novembro de 2016.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **“Justiceiros” e violência urbana** \ José Fernando Siqueira da Silva. – São Paulo : Cortez, 2004.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas** \ Marta Maria Assumpção Rodrigues. – São Paulo : Publifolha, 2011. – (Folha Explica)

SALATIEL, José Renato. **Protestos no país: a revolta da nova geração.** Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/protestos-no-pais-a-revolta-da-nova-geracao.htm>> Acesso em: Dezembro de 2015.

SCHONS, Selma Maria. **Questão social hoje: a resistência um elemento em construção.** Trabalho Elaborado em base na tese de doutorado A questão social hoje no município: a resistência um elemento em construção. Defendida na PUC/SP. 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL 2013: encontros e desencontros na política.** Caderno CRH, Salvador, v. 23, n.71, p.417-420, Maio\Agosto de 2014. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a12v27n71.pdf>> Acesso em: 25 de outubro de 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura. versão revista e ampliada de texto publicado anteriormente** in Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VERONEZE, Renato Tadeu. **A realidade coisificada e reificada em tempos de manifestações sociais. Renato Tadeu Veroneze.** Emancipação, Ponta Grossa, 14(1): 33-45, 2014. Disponível em < <file:///C:/Users/Asus/Downloads/Dialnet-ARealidadeCoisificadaEReificada-5014953.pdf>> Acesso em: 07 de novembro de 2016.

ZANARDINI, I. M. S. **A Reforma da Gestão Escolar e as Políticas Implementadas no Brasil na Década de 90.** In DEITOS, R. A. e RODRIGUES, R. M. (org.) **Estado, Desenvolvimento, Democracia & Políticas Sociais.** Cascavel/PR:EDUNIOESTE, 2006

Apêndice A

Roteiro norteador para análise dos dados:

1. Sobre os processos sociais que motivaram as manifestações populares no ano de 2013:
 - 1.1. Há conteúdo nos vídeos sobre as motivações das manifestações?
 - 1.2. Há uma ou mais motivações para as manifestações?
 - 1.3. Quais são essas motivações?
 - 1.4. Como são apresentadas as motivações nos conteúdos dos vídeos?

2. Sobre quais as ações da política pública de segurança pública diante destas expressões de resistência:
 - 2.1. Existiram ações executadas pelos aparelhos Estatais norteados pela Política Pública de Segurança Pública?
 - 2.2. Como foram essas ações norteadas pela Política Pública de Segurança Pública? (Ações policiais, militares, etc...)
 - 2.3. As ações norteadas pela Política Pública de Segurança Pública foram homogêneas em todo o país?

3. Sobre a natureza das ações da política pública de segurança pública, considerando estas expressões de resistência?
 - 3.1. Como se caracterizam essas ações norteadas pela Política Pública de Segurança Pública diante das expressões de resistência? (Ocorreram de forma pacífica, violenta, etc...)
 - 3.2. Houve diálogo entre os aparelhos do Estado norteados pela Política Pública de Segurança Pública anteriormente às ações?
 - 3.3. Como os aparelhos norteados pela Política Pública de Segurança Pública justificaram suas ações?